

ANTROPOLOGIA - O ATEÍSMO JUDAICO E INDÍGENA: MOVIMENTO JUDAICO HUMANISTA E POVO INDÍGENA PIRAHÃ

ANTHROPOLOGY – JEWISH AND INDIGENOUS ATHEISM: JEWISH HUMANIST MOVEMENT AND PIRAHÃ INDIGENOUS PEOPLE

Alan Freire de LIMA

<alanlinguist@gmail.com>

Antropólogo e Linguista

Doutor em Antropologia e Religião pela Logos University International - UNILOGOS – Paris

Doutor em Psicologia pela European International University – EIU - Paris

Bibliotecário na Prefeitura Municipal de São Paulo – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/8877472566282150>

RESUMO

As culturais indígenas e judaicas são mal compreendidas em sua totalidade, devido, em parte, ao currículo escolar não contemplar as pesquisas já realizadas no que tange as aproximações e dissemelhanças de forma adequada entre as culturas indígenas e judaicas da época moderna e contemporânea. Tem-se como objetivo apresentar e descrever os elementos culturais constituintes dos povos indígenas (ameríndios em especial) representada pelo povo indígena Pirarrãs ou Pirahãs e, investigar os possíveis nexos da descrença presente no povo pirahã e na comunidade judaica humanista e secular, estes judeus são proporcionalmente maiores e presentes de forma concreta e mais expressiva nas sociedades norte-americana e israelense. Utilizou-se revisão de literatura com uma abordagem exploratória e etnográfica. Foi empregado como referencial teórico os pensadores consagrados nas temáticas da história, linguística, filosofia, antropologia e religiões como Azevedo (2010), Cascudo (2002), Cascudo (2004), Clemesha (2024), Cohn-Sherbok (1996), Ducrot (2020), Freyre (2003), Eller (2018), Johnson (1997), Laraia (2005), Lévi-Strauss (2017), Maingueneau (2020), Pappe (2006), Oro (2011), Ribeiro (1995), Silva, Souza (2017), Vieira, Guimarães (2023) dentre outros autores e websites e bibliotecas virtuais judaicas e de instituições judaicas oficiais que discorreram na tessitura do presente trabalho. Observou-se que a visão sobre o povo indígena, geralmente, compreendidos como politeístas e os judeus como monoteístas no sentido da crença em Deus, é abalada pelas descobertas e da riqueza das ramificações da cultura indígena e judaica.

PALAVRAS-CHAVE: Religião sem Deus 1; Povo indígena Pirahã 2; Religião ateuista 3; Judaísmo humanista 4.

ABSTRACT

Indigenous and Jewish cultures are poorly understood in their entirety, in part because school curricula fail to adequately address research already conducted on the similarities and differences between Indigenous and Jewish cultures in modern and contemporary times. The objective is to present and describe the cultural elements that constitute Indigenous peoples (especially Amerindians), represented by the Pirarrã or Pirahã indigenous people, and to investigate the possible links between the disbelief present among the Pirahã people and the humanist and secular Jewish community. These Jews are proportionally larger and have a



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

more concrete and expressive presence in North American and Israeli societies. A literature review with an exploratory and ethnographic approach was used. The theoretical framework used was renowned thinkers in the fields of history, linguistics, philosophy, anthropology and religion, such as Azevedo (2010), Cascudo (2002), Cascudo (2004), Clemesha (2024), Cohn-Sherbok (1996), Ducrot (2020), Freyre (2003), Eller (2018), Johnson (1997), Laraia (2005), Lévi-Strauss (2017), Maingueneau (2020), Pappe (2006), Oro (2011), Ribeiro (1995), Silva, Souza (2017), Vieira, Guimarães (2023), among other authors and websites and virtual Jewish libraries and official Jewish institutions that discussed the fabric of this work. It was observed that the view of indigenous people, generally understood as polytheists and Jews as monotheists in the sense of belief in God, is shaken by the discoveries and richness of the ramifications of indigenous and Jewish culture.

KEYWORDS: Religion without God 1; Pirahã indigenous people 2; Atheistic religion 3; Humanistic Judaism 4.

1. INTRODUÇÃO

Brasil um país que desde o início da sua formação na época moderna se constituiu como uma amálgama de povos de origens geográficas diferentes e de distintas etnias, religiões, crenças, culturas, costumes, e valores, cujos valores se misturaram, mas que foram subjugados pelo poder hegemônico da cultura europeia que reinava econômica, cultural, política e religiosamente na época moderna colonial. Sendo que esta carrega dentro da sua constituição elementos oriundos ao que Câmara Cascudo (2001, p. 13) denomina de orientalismo “diluído no leite materno”, que significa os hábitos culturais e costumes que o povo brasileiro manteve apesar dos séculos de aculturação, este definido por Cascudo (2004, p. 120) como resultado da influência de modelos estrangeiros, cujos elementos molda a cultura orgânica (original) de um povo.

Câmara Cascudo, Gilberto Freyre dentre outros eminentes nomes da antropologia, se debruçaram sobre os aspectos da formação da sociedade brasileira que classicamente eram estudados aspectos mais voltados à cultura e instituições eruditas como as religiões, literatura, música, e a arte culta. Câmara Cascudo em especial se interessou pela cultura popular dentre as quais destaca-se crenças populares, música popular, arte popular, misticismo popular, a linguagem e expressão popular, dentre outros aspectos correlacionados.

Em decorrência do processo colonial, Freyre (2003, p. 157) afirma que o contato entre o povo indígena nas América com os europeus, foi de incursão onde mais havia recursos naturais, isto é,



quanto mais recursos naturais o solo americano poderia oferecer mais intenso era o processo de desorganização social dos povos indígenas submetidos pelos europeus, principia a “degradação da raça atrasada ao contato da adiantada”.

Freyre desvela que em todas as nações os portugueses eram menos ortodoxos que os espanhóis e menos estritos que os ingleses no que tange à questões raciais, o racismo em si, da cor da moral cristã, o antropólogo assinala que a atuação dos espanhóis em relação aos indígenas foi mais agressiva, exemplificando o México e o Peru, devido a uma menor capacidade técnica e política de reação ante os colonizadores portugueses, porém o Freyre assevera sobre a questão dos interesses de exploração e cristianização entre todas nações colonizadoras nas Américas, a aculturação, exploração e dominação dos indígenas com o incremento religioso e moral.

Compreender um povo envolve estudar não somente a expressão cultural das classes dominantes e hegemônicas, mas estudar as possíveis relações entre a cultura das classes e povos hegemônicos em relação à cultura popular, desde que se estude a cultura popular em si, e verificar as possíveis relações e influências de uma cultura sobre a outra dentro de uma mesma sociedade, os seus antagonismos e convergências ou assimilações.

O estudo da cultura e da diversidade religiosa do ponto de vista histórico, antropológico, sociológico, psicológico e das ciências da religião é importante para que os educandos compreendam que vivem em um mundo complexo, cujos continentes, países e povos se organizaram de acordo com a evolução da sua própria cultura, assim como pelo contato com outros povos, em que a difusão cultural e o relativismo cultural merecem ser destacados como um caráter universal e universalizante do fenômeno religioso e cultural na sua forma hodierna. Assim como desenvolver um pensamento dentro das concepções pluralistas de sociedade, segundo as quais são fruto de uma política democrática e filosófica de coexistência, respeito à diversidade etnorreligiosa, as variações dentro do seu próprio país assim como a nível planetário.

De acordo com o antropólogo Roque de Barros Laraia (2005, p. 2), a temática religiosa indígena como parte constitutiva das religiões existentes no mundo, baseado em Durkheim afirma que as religiões indígenas são tão respeitáveis como as outras, pois respondem às mesmas necessidades e cumprem o mesmo papel, dependem das mesmas causas, entretanto, segundo o Laraia, ao contrário das religiões judaicas, islâmicas, cristãs, hinduístas e budistas são exemplos de grandes religiões com muitos adeptos, devido a processo de globalização, e que muitas outras



religiões, como as indígenas, ficaram fora e marginalizada deste processo, por isso pouco estudadas, apesar de numerosas como no caso do Brasil, logo o antropólogo afirma que é numerosa, subentende-se que há uma grande variedade e diversidade religiosa e crenças indígenas.

O autor endossa que há capítulos ou informações dispersas e escassas no que tange o campo nocional da temática sobre as crenças religiosas indígenas, que podem ser encontradas em monografias, a respeito dos índios brasileiros. O que o teórico aponta revela a limitação de estudos e bases para que se possa fazer tanto estudos como revisão de literatura sobre o estado da arte sobre a questão da religiosidade, crenças e, muito menos descrenças e misticismo nas culturas indígenas, o que é um fator limitante do ponto de vista teórico e discursivo sobre este assunto.

Diante do exposto, a presente pesquisa científica tem como objetivo apresentar os conceitos sobre crença e descrença, assim como de religiosidade e irreligiosidade do povo indígena pirahã, como do movimento judaico humanista e secular, sendo que este último não era formalizado, vindo a ser formalizado como uma nova denominação judaica não teísta durante o século XX, mas o ateísmo poderia existir entre os judeus oriundos das mais variadas denominações judaicas de esparsa e “desestruturada”.

O antropólogo Gilberto Freyre (2003, p. 161) tem uma abordagem da sociedade brasileira sob uma ótica que se centra na miscigenação, das relações étnico-raciais, além das relações de classes e socioeconômicas, a formação da etnia brasileira e da dominação da cultura do colonizador pela do colonizado, como o caso dos indígenas, não adentrando de forma sistemática do funcionamento da religião original dos povos indígenas.

Explicitando que a sociedade brasileira foi a que mais estabeleceu uma relação harmoniosa entre raças, oferecendo um ambiente de quase reciprocidade cultural, ao mesmo tempo em que se organizou uma sociedade cristã na sua superestrutura, a mulher indígena recém batizada, a qual simultaneamente com seus afazeres domésticos e, servindo-se de sua economia de muitas tradições, costumes, experiências e utensílios dos povos autóctones da qual era originária.

A religião e a irreligião têm um papel de destaque na antropologia freyriana, embora prevaleça os aspectos do contato, da relação e da dominância da religião do colonizador europeu, em especial ao catolicismo sobre os povos indígenas seu processo e seu efeito na formação da mentalidade, espiritualidade, comportamental, cultural e social do povo brasileiro.



Primeiramente nos deteremos na concepção de religião, irreligião e ateísmo; a seguir a conceituação de povos indígenas, povos originários ou nativos (povos ancestrais); descrição e características do povo indígena pirahã e do subgrupo judaico ateu, os judeus humanistas e ou seculares, discussões e debates sobre questões de identidade cultural e territorial e ateístas atreladas a estes povos.

É importante adiantar que estes povos, apesar de existir o ateísmo, possuem ricos valores e costumes, porém as suas culturas têm um grau de ceticismo muito alto, na qual a indagação mais comum do senso comum é qual a origem do mundo, que para estes povos o mundo já existia sem a necessidade sobrenatural criadora do mundo ou do universo, logo o misticismo possui um grau bem diminuído na cultura em ambos os povos, logo há a rejeição do misticismo e de poder sobrenatural sobre o mundo e sobre a humanidade.

O objetivo e a tese desta pesquisa acadêmica é, além de desmitificar o senso comum que permeia olhar sobre o povo indígena ameríndio como um povo homogêneo no sentido da religiosidade politeísta e mística, assim como do povo judeu como um povo teísta, monoteísta, apresentar estudos sobre os povos vivos originários e que vivem nos seus territórios identitários ou não, neste estudo o povo indígena pirahã e o movimento judaico humanista e secular, e fazer um nexo de que o ateísmo pode estar presente em diferentes e distantes civilizações indígenas, contribuindo para a compreensão de que tanto a religiosidade teísta como a “religiosidade” ateu, fazem parte da essência do caráter humano, não distinguindo a sua origem racial e territorial, constituindo sobremaneira um novo *ethos* cultural e religioso dos povos indígenas em questão.

O linguista francês Maingueneau (2020, p. 128), no capítulo “uma oração em seu lugar” da obra “Variações sobre o *ethos*”, a questão do *ethos* tem em sua essência a expressão verbal por meio de uma enunciação, no entanto, a escrita é apenas uma das modalidades da comunicação, e que a o *ethos* pode ser abordado até com o ambiente material no qual a enunciação ocorre.

O linguista fez um estudo sob um ângulo diferenciado, relacionando o *ethos* implexo pela recitação de uma oração a certa organização do espaço (religioso), isto é, os rituais religiosos têm essa característica notável, concatenar estreitamente os enunciados a elementos não verbais.

De ordens em tudo variadas: a distância entre os participantes, as funções e papéis de cada participante, os objetos, localização das coisas, as atitudes, etc, em outras palavras, a modificação tautocrana do texto e do ambiente de sua recitação tem um papel importante para a compreensão



da dinâmica que ocorre em uma estrutura de um sistema religioso no sentido de que estão correlacionadas.

A enunciação proferida, por exemplo, por um líder religioso ateu diverge daquele que é teísta concomitantemente com a organização dos elementos no espaço religiosos em questão, o *ethos* é distinto.

Maingueneau (2020, p. 129-130) acrescenta que todos os tipos de instituições, para perdurarem, reescrevem periodicamente os textos a serem enunciados, sua existência sua caracterização se sustenta sobre interpretações quase nunca unânimes. A estabilização do novo texto é decorrente, então, de laboriosas negociações entre os variados posicionamentos no interior de grupos responsáveis pelo trabalho de atualização dos rituais (religiosos), o que configura um *ethos* transformador das enunciações concomitantemente com a dinâmica dos elementos dispostos nos espaços religiosos.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Foi empregado como referencial teórico os pensadores consagrados nas temáticas da história, linguística, filosofia, antropologia e religião tais como Azevedo (2010), Cascudo (2002), Cascudo (2004), Clemesha (2024), Cohn-Sherbok (1996), Ducrot (2020), Freyre (2003), Eller (2018), Johnson (1997), Laraia (2005), Lévi-Strauss (2017), Maingueneau (2020), Pappe (2006), Oro (2011), Ribeiro (1995), Silva, Souza (2017), Vieira, Guimarães (2023) dentre outros autores e websites e bibliotecas virtuais judaicas e de instituições judaicas oficiais que discorreram na tessitura filosófica do presente trabalho.

3. CONCEITO E CONCEPÇÕES DE RELIGIÃO, IRRELIGIÃO E ATEÍSMO

3.1 CONCEPÇÃO DE RELIGIÃO

As raízes etimológicas da palavra religião remetem ao termo latino *religio*, que segundo Azevedo (2010, p. 91-94) tem sua origem na cultura do império romano, cujo significado é fruto de



debate e discussões ao longo da história, que de início no império romano antes da designação mais recente de “verdadeira”, cujo significado mais próximo é a observância do rito e o zelo constante aos deuses romanos, assim como os atos do cotidiano, cujo cuidado englobava este cuidado e zelo aos deuses romanos. Com o tempo a conotação do termo *religio* passou a designar a separação entre o profano do sagrado.

Nos escritos de Tertuliano no ano de 197 da era comum, *Ad nationes* e *Apologeticum*, a terminologia *religio* passou por uma transformação de significado, transfigurando na passagem dos deuses múltiplos ao Deus único, logo do erro à verdade, que significou a mudança da *Romana Religio* para a religião verdadeira, que pode ser representada pela seguinte expressão latina: *vera religio veri Dei*. Esta fase de mudança semântica da palavra *religio*, também significou uma separação entre filosofia e religião.

Para Tertuliano o cristianismo não era uma nova filosofia, como a filosofia que se utilizava da lógica e do racionalismo para estudar e compreender os fenômenos e as coisas. Tertuliano compreendia a fé cristã superior à mitologia e à filosofia grega, chegando a proferir “O que Atenas tem a ver com Jerusalém? Ou qual a relação que a Academia possui com a Igreja!”

Lactâncio introduziu uma nova concepção de religião, que foi proposta com vistas à necessidade de se criar uma terminologia própria perante a nova realidade e paradigma sócio-histórico-cultural e, principalmente religioso, da “superação” do paganismo ao monoteísmo cristão, com o intuito, outrossim para distinguir a *religio-relegere* referente a prática pagã da “verdadeira” religião que se emergiu com o cristianismo, relacionada a um Deus, a religião então passa prezar o laço da ligação do homem a um único Deus, cujo laço representa a ligação a este único Deus, surge então o conceito de *religare*, a ligação do homem a Deus.

Assim, o sentido primeiro do termo *religio* não parece com aquele tomado por nossa palavra religião tal como a utilizamos hoje. O caminho que o termo percorreu na história das religiões fez com que seu significado passasse por profundas transformações. [...] Agora só faltava ao termo uma origem etimológica própria, diferente daquela *religio-relegere* que dizia respeito à prática considerada pagã: “na medida em que a verdadeira religião se dirige ao único verdadeiro Deus, divindade única, a religião tende a valorizar esse laço que liga (*religare*) o homem a Deus segundo a célebre etimologia proposta por Lactâncio (AZEVEDO, 2010, p. 91-94).



A religião é explanada por Alan Johnson (1997, p. 196) como uma instituição como as demais instituições sociais, definida sociologicamente pelas suas funções que desempenha em sistemas sociais e, que pode ser subdividida em 4 categorias, que segundo Alan Johnson engloba religião civil, religião eticizada, religião teísta e religião totêmica.

Para o teórico, a religião é um arranjo social elaborado para suprir uma forma compartilhada e coletiva de enfrentar e atribuir respostas para as questões desconhecidas e incognoscíveis da existência e da vida humana dentre as quais os mistérios da vida, da morte e existência, como também formam um dos alicerces da coesão e da solidariedade sociais.

Dentro de uma concepção da realidade social da religião é fundamental a distinção estabelecida por Émile Durkheim entre o sagrado e o profano, o profano para o sociólogo consiste em tudo que podemos descobrir e sentir através dos sentidos, é a mundo natural e todas as experiências que adquirimos no contato com a realidade natural, o cognoscível, já o sagrado comporta em sentido oposto ao profano estimula sentimentos de respeito, resultante de ser incognoscível, pelo fato das limitações da capacidade humana de perceber, compreender e descrever certos tabus que o cerca.

A religião civil é explanada pelo autor como um conjunto de símbolos e rituais seculares que tem como função proporcionar algo do senso de integração, solidariedade e reverência que estão normalmente ligados à religião e o sagrado. Embora, a visibilidade e o poder público da religião tem perdido espaço nas sociedades industriais, em certas sociedades a Nação-Estado substituiu ou preenche a função religiosa, que de acordo com muitos sociólogos, determinados símbolos nacionais e rituais públicos de coroação, hastear a bandeira, monumentos, reverência e hinos nacionais e, demais símbolos do Estado, são reverenciados com a mesma amplitude e acuidade, que comumente eram reservadas a figuras e artefatos religiosos.

A religião eticizada algumas vezes não é considerada uma religião de fato, pois não é necessariamente dependente da crença em forças, divindades e outras características sobrenaturais atribuídas com mais frequência à noção de religião. A religião eticizada possui como foco essencial o desenvolvimento e a aplicação de princípios, cujos preceitos possuem como objetivo melhorar a qualidade da vida humana tanto na vida social como no mundo natural. Dentre vários exemplos, cita o budismo, que tem como filosofia a renúncia ao apego excessivo ao mundo



material, a abdicação dos excessos do materialismo visando aliviar do sofrimento da existência terrena.

A religião teísta tem como núcleo centralizador a crença cultural e social comum na existência de deuses, deusas e demais seres supremos e/ou sobrenaturais. Que são divididos em duas subcategorias: o monoteísmo e o politeísmo.

A religião totêmica (ou totemismo) é entendida por Johnson (1997, p.197) como uma instituição religiosa formada em torno da crença comum em objetos sagrados, chamados de tótems, consoante a Durkheim, as religiões totêmicas segundo a sua análise são formas de adoração da própria sociedade, outorgando poder sobrenatural aos tótems, estes são entendidos como representações dos elementos sagrados da sociedade em questão, e não de divindades externas, as suas formas podem variar, mas geralmente representam são representadas por objetos naturais como plantas ou animais, são tidos com grande respeito, temor e reverência, em virtude de há a crença de que qualquer comportamento impróprio em relação a eles ocasionará consequências desastrosas.

Eller (2018, p. 83) explicita que as religiões têm como alicerce na constituição de ideias sobre os seres e forças naturais, dentre vários outros assuntos sobre os quais as religiões versam como origens e fins, saúde e doença, razões e relações, moralidade e sentido e, assim por diante. É o que o antropólogo classifica como a ontologia que cada religião encarna, o existente a religião postula, os seres, as forças e os fatos da realidade religiosa, entendidos como as crenças religiosas.

Lévi-Strauss (2017, p.207-208) explana que tudo pode acontecer em um mito, a sucessão de ocorrências não parece estar aí sujeita a nenhuma regra de lógica ou de sequência, qualquer indivíduo pode possuir qualquer predicado, qualquer relação concebível é exequível.

Todavia, os mitos se repetem com os mesmos atributos e padrões e, muitas vezes, com os mesmos detalhes, em diversas partes e regiões do planeta. Este fato levanta a questão sobre a contingência inerente ao mito, e que de um extremo a outro da Terra se assemelham de forma explícita, se apresentado como uma antinomia basilar da natureza do mito, é uma condição *sine qua non* para a compreensão e da “resolução” deste problema.

Lévi-Strauss afirma que o mito é, outrossim, definido por um sistema temporal, um mito diz respeito a eventos passados, “antes da criação do mundo” ou “nos primórdios”, de qualquer forma, há muito tempo. O valor inerente a ele imputado resulta do fato de os eventos que se supõe



acontecer num instante de tempo também constituírem uma conformação, ou uma estrutura perene, que se refere sincronicamente ao passado, ao presente e ao futuro.

Para o antropólogo, o valor do mito permanece, mesmo desconsiderando a língua e a cultura da população em que foi colhido, isto é, o mito é entendido como mito, a sua substância não se acha nem na sintaxe, nem no estilo, nem no modo de narração, mas na história que nele é comunicada, o mito é uma linguagem, entretanto, que desloca-se do fundamento linguístico no qual originalmente rodou, se trata de um tipo de linguagem que funciona em um nível muito elevado, por este motivo o seu sentido desloca-se do fundamentalmente linguístico primordial ou originário.

3.2 CONCEPÇÃO DE IRRELIGIÃO

De acordo com Eldridge descreve na Enciclopédia Britânica que o termo irreligião se refere a falta ou rejeição de crenças ou práticas religiosas. Irreligião é um conceito abrangente que contempla variadas posições distintas e, se alicerça em uma série de perspectivas filosóficas e intelectuais, que engloba o ateísmo, o agnosticismo, o ceticismo, o racionalismo e o secularismo.

Essas perspectivas apresentam formas multifacetadas, de tal forma que pessoas que são irreligiosas podem ter uma vasta variedade de crenças específicas sobre religião ou estar vinculadas à religião de várias maneiras. No mundo há centenas de milhões de pessoas não se identificam com nenhuma religião, com destaque para a China, que é oficialmente um estado ateu.

Eldridge assevera que o termo irreligião pode ser desafiador de aplicar em circunstâncias específicas, e o seu uso é frequentemente definido de forma diferente dependendo do contexto, pesquisas sobre crença religiosa, mostram situações as quais às vezes usam a ausência de identificação com uma religião como um marcador de irreligião. Porém, em outros contextos e situações, isso pode ser enganoso, pois em alguns casos uma pessoa pode se identificar com uma instituição cultural religiosa, seguir uma cultura religiosa, em necessariamente seguir os seus dogmas, ou sem realmente seguir as doutrinas dessa instituição ou participar de sua prática religiosa de forma rigorosa. Já outros pensadores definem irreligião como a rejeição ativa da religião, em oposição à mera ausência de religião.



Pheasant esclarece a terminologia “secularização” que se refere a um processo em que a religião passa ou passou por uma diminuição substancial do seu poder no sistema social, isto é, uma diminuição da autoridade religiosa nas questões e relações da vida pública, como casamento, educação, ética, vocação, etc., o termo “secularismo” promove um estilo de vida irreligioso. (Pheasant, 2018, p. 101).

A autora em seu trabalho, cujo viés de pesquisa é a secularização da sociedade, sendo que o conceito de secularização está diretamente relacionado a um estilo de vida irreligioso, que ganhou impulso e desenvolvimento com o advento das concepções das teorias de judeus ateístas proeminentes como Karl Marx, Sigmund Freud, dentre outros cientistas e pensadores:

A teoria da secularização ganhou influência no século XIX devido à escritos populistas de Karl Marx e o relato antropológico de Sigmund Freud providenciou a religião. Ambos afirmavam que a religião era pura ilusão, ou a “ópio do povo”, embora por razões diferentes. Tais razões, no entanto, não são relevantes para os propósitos deste trabalho. O que é significativo é o meio acadêmico que se manifestou em torno da opinião de que a religião obstrui progresso. Freud afirma que “...um afastamento da religião está fadado a ocorrer com a inevitabilidade fatal de um processo de crescimento, e que encontramos nós mesmos neste exato momento, no meio dessa fase de desenvolvimento. (PHEASANT, 2018, p. 102).

Pheasant esclarece que outro acadêmico judeu, Émile Durkheim, no início de sua carreira, apoiou a hipótese de secularização, alegando que a religião perde seu propósito ou função na modernidade devido à evolução da sociedade para esferas de valores diferenciadas, cujo substrato se encontra no bojo da ciência.

Dentro deste novo cenário sócio-histórico-cultural, o sociólogo afirma que cada esfera tem meios próprios de legitimação; portanto, a religião perdeu sua hegemonia em validação. Durkheim tinha convicção de que a religião acabaria por se retirar da sociedade contemporânea, desde que suas funções centrais fossem substituídas por domínios seculares. A religião já não traria mais as respostas para as questões humanas, cujas respostas às indagações humanas seriam em grande proporção abastecidas pelo progresso científico, tecnológico, antropológico e humanístico.

3.3 CONCEPÇÃO DE ATEÍSMO



No dicionário Michaelis (2025, online) o termo ateísmo é definido como a doutrina que nega categoricamente a existência de Deus ou de qualquer outra divindade. No dicionário Houaiss (2003, p. 76) a palavra ateísmo tem o significado a não existência de Deus, e possui os termos sinônimos que tem o mesmo significado, ceticismo, descrença, incredulidade, irreligião, irreligiosidade, materialismo, o contrário de teísmo, deísmo, fé, religiosidade e crença.

Silva, Aranha (2023, p. 4) recorre à definição de ateísmo desenvolvida pelo filósofo Julian Baggini (2016) que define ateísmo como descrença na existência de Deus, de divindades ou de deuses, normalmente acompanhada por descrença em quaisquer realidades sobrenaturais ou transcendentais.

Já Michael Martin (2010) conceitua ateísmo pelo prisma etimológico que vem do grego, em que o “a” da palavra ateísmo significa “sem” ou “negação” e “theos” significa “deuses”, negação de deus, ou sem deus. Logo, apresenta dois sentidos para o ateísmo: o positivo, aquele que afirma a inexistência de um Deus ou deuses; e o negativo, aquele que não possui crença em Deus ou deuses.

Os historiadores Silva, Aranha (2023, p. 4) baseado nos princípios do historiador Georges Minois que define ateísmo em duas subcategorias: o ateísmo teórico e o ateísmo prático. O ateísmo teórico, cuja definição diria respeito ao desenvolvimento de sistemas filosóficos e percepções de mundo fincadas em uma reflexão intelectual. Já o ateísmo prático, cuja definição seria referência a um modo de existência que consistiria para além de uma visão de mundo como também a uma forma de viver e de se relacionar com as pessoas e com o seu meio de forma ateia, a vivência ateística, “em viver sem se interrogar sobre uma eventual divindade, no postulado de um materialismo implícito (Minois, 2014, p. 25).”

Silva (2020, p.165), Ferreira (2010, p. 88) demonstram que de acordo com Bertrand Russell que a base da religião é o medo e, que ao longo da história da cultura humana, há fatos que comprovam esta afirmativa, a religião concebe-se guardiã da vida, que de antemão apresenta um ser supremo em sua criação, esta pressuposição leva o indivíduo a crer na existência de Deus, em uma dimensão divina para a vida, que segundo o teórico a religião para perpetuar a crença se utiliza de mecanismos sofisticados abstratos como o medo.

Consoante a Russel a melhor forma de libertação se dá por meio do enlevo filosófico, que ao contrário da religião que divide o homem e as coisas em dois campos antagônicos como bons e maus, amigos e inimigos, aliados e adversários, e assim por diante, e que por meio da contemplação



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

filosófica, estudos e aquisição de conhecimento possibilita um desenvolvimento, ou em suas próprias palavras um alargamento do nosso Eu, o desejo ao conhecimento é indispensável, assim como a sua adaptação, a compreensão, da real natureza das características dos objetos que o circunda.

A contemplação filosófica é uma das formas de libertação. A contemplação filosófica, na sua visão mais ampla, não divide o universo em dois campos adversos: amigos e inimigos, aliados e adversários, bons e maus; ela encara o todo imparcialmente. A contemplação filo- Os problemas da filosofia 177 sófica, quando é pura, não visa provar que o restante do universo é semelhante ao homem. Toda a aquisição de conhecimento é um alargamento do nosso Eu, mas este alargamento é melhor alcançado quando não é procurado diretamente. Este alargamento é alcançado, quando opera exclusivamente o desejo de conhecimento, por um estudo que não deseja antecipadamente que seus objetos tenham esta ou aquela característica, mas que adapta o Eu às características que encontra em seus objetos. (RUSSELL, 1959, p. 177).

De acordo com Russel a ciência é algo mais útil e funcional à humanidade como ensinar as pessoas as pessoas a não procurarem e se alicerçarem em “seres imaginários ou supremos sobrenaturais”, de acordo com o filósofo cada ser humano deve se esforçar para tornar o mundo um lugar adequado e melhor para se viver, não cedendo este dever para as instituições religiosas, ou para a religião.

4. CONCEITO DE POVOS INDÍGENAS, POVOS ORIGINÁRIOS E NATIVOS (POVOS ANCESTRAIS)

Grupioni (2000, p. 18) afirma que as sociedades indígenas compartilham por uma série de traços e elementos básicos, que são comuns a todas elas, o modelo societal e a lógica compartilhada pelos povos indígenas são distintos da sociedade a qual estamos inseridos na cultura hegemônica.

Grupioni faz uma indagação “o que faz com que uma sociedade seja indígena?” para o autor é o que a diferencia das outras sociedades, que inclui o seu modo de viver, costumes, a forma de organização das relações entre as pessoas e destas para com o seu meio ambiente natural, assim como a parte das “crenças e superstições”, a fé, com o sobrenatural que faz com que uma sociedade seja caracterizada como indígena.



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

Dentre os aspectos que compõem as sociedades indígenas no Brasil, é o fato de serem sociedades “igualitárias”, não estratificadas em classes sociais, e sem distinções entre os detentores dos meios de produção, e que controlam a força de trabalho de forma submetida e segmentada a um detentor dos meios de profissão. A posse da terra é coletiva, não individualista, o aspecto coletivo também se estende aos recursos existentes na terra e no território, e da socialização do conhecimento à sobrevivência e ao equilíbrio sociocultural dos membros integrantes da sociedade indígena em questão.

Em consonância com o escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ACNUDH – ONU) tradução do inglês *Office of the High Commissioner for Human Rights - United Nations (OHCHR - UN)* em seu website afirma que os direitos dos povos indígenas têm recebido progressivamente mais atenção por parte das Nações Unidas. No entanto, os povos indígenas continuam a ser desconsiderados e passam a enfrentar de forma desproporcional e direta dos efeitos das ações dos povos dominantes como em relação às alterações climáticas, à degradação ambiental, os elevados níveis de pobreza, cujos efeitos se prolongam no precário acesso à educação, à saúde e as violações mais amplas dos direitos humanos.

Neste mesmo website oficial da ONU é evidenciado que os povos indígenas representam mais de 6% da população mundial (476 milhões em cerca de 90 países), os povos indígenas têm quase três vezes mais probabilidade de viver em pobreza extrema.

Há divergências em dados da própria ONU sobre o número estimado de indígenas no mundo, assim como na quantidade de países que possuem populações indígenas, Lima, explicitou que a quantidade de indígenas abarca mais de 370 milhões de pessoas presentes em diversos continentes:

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), setenta países do mundo são constituídos por mais de 370 milhões de indígenas, que conservam, de forma distinta, determinados aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos que se diferenciam das sociedades nas quais estão inseridos. Diversos continentes contêm povos indígenas entre os seus habitantes e abrangem países que ocupam diversos continentes, os povos indígenas estão presentes em vários países das Américas, da Europa Setentrional, da Austrália e da Nova Zelândia. (LIMA, 2023, p. 68).



Lima (2023, p. 69) pesquisou a existência do povo indígena denominada de povo *sami* localizado na península nórdica na Europa, revelando que a população indígena corresponde além dos povos ameríndios mais comumente conhecidos e reconhecidos como indígenas no ocidente:

É interessante notarmos que o povo sami é considerado indígena devido a seus costumes, crenças e hábitos peculiares distintos das culturas 70 hegemônicas ou majoritárias das nações nórdicas que possuem uma cultura, religião, política e economia hegemônica dominante, também é interessante observamos que a pele do povo sami, é clara, muito parecida com os traços dos povos nórdicos, em especial dos finlandeses. (LIMA, 2023, p. 69-70).

De acordo com website da ONU, há uma diversidade de povos indígenas, entretanto, pode-se definir como povo indígena de forma não oficial pelos órgãos do sistema da ONU, mas a ONU oferece uma compreensão moderna deste termo, que abarca as seguintes características, como podemos verificar a seguir:

- Autoidentificação como povos indígenas em nível individual e aceito pela comunidade como seu membro;
- Continuidade histórica com sociedades pré-coloniais e/ou pré-colonização;
- Forte ligação aos territórios e recursos naturais circundantes;
- Sistemas sociais, econômicos ou políticos distintos;
- Língua, cultura e crenças distintas;
- Formar grupos não dominantes da sociedade;
- Resolver manter e reproduzir seus ambientes e sistemas ancestrais como povos e comunidades.

Os aspectos explicitados acima disponível no website da ONU são essenciais para a compreensão sobre o que é um povo indígena, cujos atributos e propriedades caracterizam um povo indígena estão expressos pela ONU, que em suma o povo indígena é caracterizado como uma cultura que destoa da cultura hegemônica no território ou nação no qual está contido.

4.1 O FATOR DISCRIMINATÓRIO COMO COMPONENTE SOCIAL INDÍGENA SUBMETIDA A UMA SOCIEDADE HEGEMÔNICA



Sarivaara, Maatta, Uusiautti (2013, p. 375) pesquisadores da University of Lapland na Finlândia conceitualizam os povos indígenas de forma semelhante ao que a ONU e Lima (2023) descreveram sobre a definição indígena, os entendendo como um povo, cujas línguas, culturas e instituições sociais, econômicas e políticas são distintas, que podem variar consideravelmente daquelas da sociedade dominante.

Os pesquisadores evidenciam que uma das características marcantes dos povos indígenas que diferentemente de outros grupos étnicos que lutam por direitos mais em nível individual, os indígenas lutam por reconhecer os seus direitos a nível coletivo:

Embora os povos indígenas enfrentem experiências semelhantes de discriminação, perda da língua e marginalização como outras minorias étnicas, existem diferenças muito importantes em termos de seus direitos e identidade. Ao contrário de outras minorias étnicas, que lutam para proteger seus direitos em nível individual, os povos indígenas sempre enfatizaram a necessidade de reconhecer seus direitos coletivos. (SARIVAARA, MAATTA, UUSIAUTTI, 2013, p. 375).

Foxworth, Ellenwood (2022, p. 2), em consonância ao que foi exposto por Sarivaara, Maatta e Uusiautti, endossam que as formas de discriminação contra os povos indígenas são parecidas e, que a atividade acadêmica não está imune em relação a discriminação e marginalização dos povos indígenas. Pesquisar sobre povos indígenas está na raiz de disciplinas acadêmicas e subáreas como história e antropologia, todavia, em muitos casos, sem seu consentimento informado.

Os pesquisadores explicitam que as origens da pesquisa sobre a sociedade civil estão enraizadas no apagamento dos povos indígenas. As origens da sociedade civil nos estudos americanos remontam a Alexis de Tocqueville e sua observação da vida associativa na recém-formada república americana.

O voluntariado, o espírito comunitário e a vida associativa independente em relação a sociedade hegemônica, como bem observou Tocqueville, os protegiam contra a interferência excessiva do Estado e atuavam como uma força equalizadora em relação ao Estado e ao mercado.

Pesquisadores e acadêmicos indígenas pressionam por mudanças nas pesquisas científicas, para que sejam os próprios indígenas a dirigir a própria condução das pesquisas no campo nocional da cultura indígena para dar voz e protagonismo aos próprios indígenas sobre sua própria cultura



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

em contraponto do viés histórico marcado pelo eurocentrismo e preconceitos dos estudos antropológicos sobre as populações indígenas:

Líderes e acadêmicos indígenas idealizaram novos princípios de pesquisa, metodologias, práticas e políticas que se concentram nos povos indígenas e seus valores, visões de mundo, governança e sistemas de conhecimento: soberania de dados indígenas. (FOXWORTH, ELLENWOOD, p. 2, 2022).

A partir de uma perspectiva indígena, a vida associativa na nova república americana era uma resposta à vida indígena e à resistência ao "Destino Manifesto" americano. Embora Tocqueville tenha sugerido que o nomadismo indígena justificava sua remoção e deslocamento, muitas comunidades indígenas, como os Cherokee, criaram comunidades e fazendas permanentes e prósperas no Sul e em outras partes dos Estados Unidos. Contudo, novos estilos de vida, incluindo associações de invasores, formaram-se em terras indígenas para remover à força povos nativos e reivindicar terras e recursos nativos, justificadas pela intervenção divina (visão cristã colonialista).

De fato, novos estudos reconheceram que Tocqueville exagerou a "civilidade com que as populações indígenas foram removidas de suas terras" (Frymer, 2011; 942). Mas estudos mais críticos sobre as origens teóricas do terceiro setor precisa ser totalmente desvendados, especialmente em conexão com o apagamento generalizado dos povos indígenas. (FOXWORTH, ELLENWOOD, p. 3, 2022).

Alexis de Tocqueville parte da concepção de tolerância que se penetra no plano político-democrático, por meio da igualdade e da liberdade das pessoas, como pluralismo. Substancialmente, tais ideias encontram aceitação na concepção tocquevilleana de democracia, cuja tese é a igualdade e a liberdade de expressão, manifestação e de participação dos cidadãos no espaço público. Embora, o historiador assuma, no território estadunidense em que esteve no ano de 1830, a democracia reinava plenamente entre os "anglo-americanos" em contraposição relação às demais minorias etnicorraciais.

Ao examinar *in loco* a condição social e política experienciada pelos indígenas e negros, condena e delata a marginalização, exclusão e a violência pelas quais estavam subjugados. Alexis de Tocqueville ao mesmo tempo em que enaltece a democracia, as condições democráticas, simultaneamente, a situação de opressão vivida pelos indígenas e negros nos Estados Unidos,



refere-se a eles como “bárbaros, selvagens, incapazes, preguiçosos, degradados” acaba por revelar não reconhecer as contribuições que suas culturas possam agregar à construção de um Estado efetivamente democrático pluralista, aberto à inclusão do outro:

A humanidade que Tocqueville reconhece em todas as pessoas, não o impede de referir-se aos indígenas como “selvagens” nem de afirmar que a escravidão “degradou” o negro. Se há uma crítica veemente à ação dos anglo-americanos no seu texto, há também a convicção de que o homem que “atrai todos os olhares, o primeiro em sabedoria, em poder, em felicidade, é o homem branco, o Europeu, o homem por excelência”. (TOCQUEVILLE, 1992, p. 368 – grifo nosso). Durante a viagem aos Estados Unidos, ao escrever a seu pai entusiasmado com as florestas densas do novo mundo, afirma: “A natureza fez tudo... não falta nada, senão o homem civilizado; e ele está bem à porta.” (BROGAN, 2012, p. 177 – grifo nosso). Parece que Tocqueville está a insinuar que cabe a este “homem por excelência” estender a democracia amplamente no novo mundo elevando negros e indígenas à condição de “civilizados”. Não parece que Tocqueville despreze os negros ou os indígenas, mas que se relaciona com o mundo e com as demais pessoas a partir de uma posição autocentrada. Ainda que desconheça a cultura, o modo de vida, a religião, os valores, a estrutura social e política dos povos indígenas e dos negros escravizados, está convicto que o europeu - o homem por excelência -, é culturalmente superior aos demais. Entretanto, em que pese esta concepção, Tocqueville não autoriza a opressão e a violência, mas a tutela. Ele parte da consideração de uma menoridade ou imaturidade de alguns povos ou culturas, mas também da possibilidade de se desenvolver com o amparo, proteção, estímulos adequados. Como relator da Comissão encarregada de examinar uma proposição sobre a abolição da escravidão nas colônias francesas, quando deputado, poucos anos após seu retorno da viagem aos Estados Unidos, Tocqueville apresenta diversas medidas para integrar os ex-escravizados, como pessoas livres, à sociedade. Apesar do seu esforço para alterar a estrutura econômica, social e cultural a fim de impedir que se perpetuem as posições antagônicas de inferior e superior, de mando e obediência, as quais excluem as pessoas da participação política, as medidas propostas supõem a assimilação da cultura do homem por excelência pelos negros libertos. (REIS, 2021, p. 1836-1837).

Alexis de Tocqueville, parece comunicar, que a integração de índios e negros à democracia anglo-americana requer que abandonem sua cultura e assimilem uma nova, subentende-se então que a vontade deste historiador é fazer com que estas pessoas deprecie a si mesmas, a sua cultura, os seus costumes, os seus hábitos, o seu modo de vida, os seus valores em troca de uma integração em uma sociedade “democrática e livre” pronta a assimilá-los.

Examinando diretamente as palavras do próprio historiador Alexis de Tocqueville em sua obra “Democracy in America” (2002, p. 33-34), o vasto território, a América do Norte, era habitado



por várias tribos indígenas, que segundo o historiador sob a ótica dos europeus que a “descobriram” era vista como um grande deserto.

A terra existia, mas os indígenas não a possuíam, é por meio do trabalho agrícola, atividades típicas de sociedades agrícolas sedentárias, como a civilização europeia, que o homem se apropria da terra, tomam a posse de fato, pois os primeiros habitantes da América do Norte viviam da caça, eram nômades ou seminômades, se mudando para outros locais para as atividades de caça e coletas, conforme a enunciação e o registro de Tocqueville.

O linguista francês Ducrot (2020, p. 33-46) em seu trabalho pressupostos e subentendidos da sua obra “O dizer e o dito”, elabora uma concepção daquilo que é dito ou enunciado em uma sentença e o que essa sentença comunica para além do que está explicitamente exposto, ou seja, o explícito (enunciado) e o implícito, informações tácitas passíveis de interpretações pelo destinatário receptor da mensagem enunciada pelo emissor.

O enunciado que Tocqueville comunica na escrita em sua obra “Democracy in America” (2002, p. 33-34), pode despertar no leitor ou receptor da mensagem uma série de interpretações sobre a visão e percepção de mundo não somente sobre o povo descrito por ele, como também da visão do povo europeu que ele carrega, vejamos:

Embora o vasto país que descrevemos fosse habitado por muitas tribos indígenas, pode-se dizer, com razão, que, na época de sua descoberta pelos europeus, formava um grande deserto. Os índios o ocuparam sem possuí-lo. É pelo trabalho agrícola que o homem se apropria do solo, e os primeiros habitantes da América do Norte viviam da produção da caça. Seus preconceitos implacáveis, suas paixões descontroladas, seus vícios e, talvez ainda mais, suas virtudes selvagens, os condenaram à destruição inevitável. (TOCQUEVILLE, 2002, p. 33).

Percebemos pelo trecho acima a visão eurocêntrica de Tocqueville ao se referir ao território como “descoberto”, para o indígena este território não foi descoberto, pois ali já viviam civilizações indígenas, nota-se a concepção de propriedade privada europeia dentro do sistema econômico capitalista ocidental baseado no modo de produção agrícola, logo quem vivia da coleta e da caça não tinham posse e propriedade, segundo a concepção europeia de direito, e por último a cultura indígena que engloba comportamento, costume, tradições, religião dentre outros, eram fatores para atribuir a eles os adjetivos de selvagens, descontrolados, viciados dentre outras possibilidades,



desprezando totalmente os valores e as contribuições que os povos indígenas dispõem à humanidade.

Vamos aproveitar um trecho menor da citação de uma passagem de sua obra para fazermos um exame breve baseado no estudo do linguista francês Oswald Ducrot concernente a análise do que está enunciado explicitamente (o que está escrito, verbalizado) e do que não está enunciado explícito, implícito, aquilo que pode ser extraído por meio da interpretação do destinatário da mensagem, o receptor como decifrador do que está tácito no enunciado.

O trecho da passagem citada da obra de Tocqueville acima para fins de análise dentro da teoria dos pressupostos e subentendidos ducronianos é a seguinte: “Os índios o ocuparam sem possuí-lo. É pelo trabalho agrícola que o homem se apropria do solo, e os primeiros habitantes da América do Norte viviam da produção da caça.” (TOCQUEVILLE, 2002, p. 33).

Enunciado 1: “Os índios o ocuparam sem possuí-lo.”

Enunciado 2: “É pelo trabalho agrícola que o homem se apropria do solo”

Enunciado 3: “e os primeiros habitantes da América do Norte viviam do produto da caça.”

(TOCQUEVILLE, 2002, p. 33).

Por meio da divisão do parágrafo em algumas orações, a análise dos enunciados abaixo, depreende-se os seguintes pressupostos:

Pressuposto 1: Os indígenas são habitantes do solo.

Pressuposto 2: Os indígenas não têm posse do solo.

Pressuposto 3: Os indígenas são os primeiros habitantes, são povos originários.

Pressuposto 4: Os indígenas não dominam as técnicas da agricultura.

Pressuposto 5: Os indígenas viviam da coleta e da caça.

Pressuposto 6: Os indígenas não trabalhando com a agricultura, são desprovidos da posse.

Pressuposto 7: Para se ter posse e propriedade tem que dominar a agricultura.

Observe que os pressupostos de Tocqueville dentro da sua concepção europeia de mundo, eurocêntrica hegemônica, já está presente antes do seu contato com as civilizações indígenas às



quais teve contato ulteriormente. Sendo uma opinião generalizada, sem conhecer a totalidade das civilizações indígenas das Américas, apesar de haver agricultura entre os povos ameríndios, esta não era o núcleo principal de todos os povos indígenas, e que as percepções do historiador europeu podiam certamente não representar as convicções dos indígenas no que se refere as formas e relações de trabalho e as concepções de posse e propriedade de um solo não são as mesmas do europeu, pois os indígenas possuem uma outra relação com o solo de natureza originária e coletiva.

O subentendido segundo Ducrot, é uma elaboração semântica realizada pelo receptor da mensagem proveniente de uma lógica semântico-discursiva. Com as informações apresentadas nesses três enunciados, subentende-se que:

Subentendido 1: No enunciado 1 os indígenas são considerados tanto ocupantes como habitantes daquele solo, pressupondo um solo sem dono dentro da concepção eurocêntrica.

Subentendido 2: no enunciado 2 só pode ter posse, quem domina as técnicas de produção agrícola.

Subentendido 3: No enunciado 3 os habitantes, os povos indígenas ocupavam o solo, mas não tinham posse dele, por não dominarem a técnica e a produção agrícola, são desprovidos de direito sobre a terra.

Na visão de um europeu como o Tocqueville, a compreensão de propriedade é europeia, não sendo análoga a noção de posse coletiva que os povos indígenas possuem, ao europeu pelo fato de os indígenas não terem a posse do solo no qual habitavam, viviam da caça (e coletas), isto é, um grupo social que trabalha com coletas para a sua sobrevivência não tem direito de posse, pois é pelo trabalho agrícola que se apropria, ganha a propriedade, o verdadeiro dono da terra é o agricultor.

Para Ducrot, a pressuposição é elaborada socialmente a partir de uma conjuntura dividida entre os interlocutores, o subentendido é elaborado individualmente pela interpretação do receptor da mensagem.

O pressuposto de acordo com a concepção antiga, se transmite sempre da significação para o sentido. Poder-se ia mesmo dizer que ele está escrito na



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

significação se não se devesse levar em consideração certas especificações que estão necessariamente ausentes da frase [...] inversamente, o subentendido se caracteriza pelo fato de que, sendo observável em certos enunciados de uma frase, não está marcado na frase. Essa situação do subentendido se explica pelo processo interpretativo do qual ele provém. (DUCROT, 2020, p. 34).

É importante agregar o valor do trabalho do linguista francês, o Ducrot, a esta parte da pesquisa, por meio de um trecho extraído de uma passagem da fala do historiador francês Alexis de Tocqueville na sua obra “Democracy in America” na qual uma frase explícita pode carregar no seu bojo uma gama de informações, estas em boa parte construída para além do que foi escrito, mas sobretudo da potencialidade significativa e de sentido que pode ser atribuída pelo receptor ou destinatário da mensagem por meio do subentendido, aquilo que está “entrelinhas”, isto é, que está tácito em uma mensagem, que no caso de Tocqueville é permeada por um *ethos* eurocêntrico, preconceituoso, vulgarizado, universalizado e totalizante sobre os povos indígenas, os concebendo de forma homogênea, estereotipada e discriminatória.

Concepção a qual debatemos e combatemos nesta pesquisa sobre a importância de estudos e conhecimentos a fim de trazer à tona a diversidade constitutiva dos povos indígenas assim como do povo judeu, devemos, outrossim, ter a voz dos próprios judeus em narrar as suas histórias para direcioná-la de forma fidedigna e autêntica.

Grupioni (2000, p. 153) no que tange ao direito dos índios no Brasil afirma que o Estado e o Direito, não conseguem de fato aceitar as diferenças sociais e as injustiças que elas engendram. Do ponto de vista da lei a sociedade é homogênea, como se não houvesse diferenças.

Darcy Ribeiro (1995, p. 30) aponta exatamente sobre a complexidade que se instaurou com a descoberta portuguesa das terras que viria a constituir o atual Brasil, que segundo o antropólogo especificamente no prisma etnicocultural, o contato, as relações e a formação do povo brasileiro, se deu com a mistura e miscigenação entre europeus, africanos e indígenas, sendo que este último é povo nativo, e os outros dois grupos vieram a solidificar a composição etnicorracial de forma a transfigurar pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando em algumas esferas como na língua, nos costumes, e assim por diante. Para o antropólogo o brasileiro que surgia, foi se constituindo ao longo do tempo: “construído com os tijolos, dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas.” (RIBEIRO, 1995, p. 30).



O antropólogo Darcy Ribeiro (1995, p. 30) assevera que temos um problema a ser enfrentado, que é a reconstrução desse processo da formação do povo brasileiro à compreensão da sua complexidade, é algo a ser estudado. A grande dificuldade para o trabalho do antropólogo é exatamente é a de que há somente o testemunho de um dos protagonistas, a que o pesquisador denomina: o invasor. Este último é o que relata o que se sucedeu com o povo indígena e ao povo afro-brasileiro, fortuitamente lhes dando a fala para o registro: “o que a documentação copiosíssima nos conta é a versão do dominador”. (RIBEIRO, 1995, p. 30).

Diante do exposto, há uma grande tarefa a ser empreendida no que concerne não somente a definição, ou redefinição do povo que pode ser denominado como indígena, assim como a narrativa dos povos originários pelas suas próprias falas sobre a sua historicidade, formas de crenças, costumes, calendário, linguagem, ritos, forma de organização social e cultural, território e, assim por diante. Não podemos deixar de considerar que em praticamente todos os continentes no planeta há povos originários, nativos e indígenas, que devemos aprofundar as pesquisas e conhecimentos sobre este complexo sistema sócio-histórico-cultural no espaço e no tempo.

5. POVO INDÍGENA PIRAHÃ

Oliveira, Rodrigues (1977, p. 11-16) nos mostra que o povo indígena Pirahã são oriundos do um grupo indígena maior, os Mura, que são conhecidos por antigos aldeamentos, vivem em duas localidades, uma no alto Maici e outra no baixo Maici, o rio Maici fica no noroeste do Brasil, no estado do Amazonas, o rio Maici é afluente do rio Marmelos, atravessa a floresta nacional do Humaita, no interior do Amazonas, esta floresta é uma unidade de uso sustentável cuja extensão é de 473.155 hectares.

Os autores asseveram que essas aldeias indígenas Pirahãs não recebem qualquer tipo de proteção, que estavam sob o controle dos missionários e linguistas Summer, Arlo Heinrichs pertencente aos missionários Summer que os encontrou, que ficou com eles entre os anos da década de 1960, exatamente entre 1960 e 1967, depois desta data os missionários Sheldon ficaram na região permanecendo por um período relativamente menor. O número dos habitantes das aldeias do pirahã é de cerca de 90 a 100 pessoas. Os estudiosos afirmam que os indígenas pirahã



sobrem com a presença de missionários, seringueiros madeireiros, regatões e caboclos. Circunstâncias estas que aceleram o processo de aculturação do povo indígena pirahã.

De acordo com Oliveira, Rodrigues (1977, p. 27-28) há certo grau de divisão das atividades ou do trabalho, os colares elaborados pelos pirahã, um trabalho artesanal realizado dentro da sociedade pirahã, é um ornamento comum entre os pirahã, para a confecção do pingente, é realizada a coleta de sementes que são efetuadas pelas mulheres nas matas que circunda a aldeia, a perfuração da mesma também é realizada por mulheres, com o uso de prego ou alguma ferramenta semelhante, aquecido no fogo.

Os pingentes (pendentes) são fabricados com os mais variados tipos de materiais como por dentes de animais (dentes de macacos, porcos do mato e onça), rosetas de penas de arara, tucano ou mutum podendo conter dentes de animais, gastrópode fluvial, pedaço de tucumã, etc. É importante explicitar que certos tipos de materiais empregados à confecção de adornos indígenas têm propriedades culturais e místicas como a semente da seringa, que é utilizada para afastar o sentimento do medo, os dentes de onça e de macaco são utilizados para afastar cobras, especialmente a surucucu; já as penas de arara tem a “poder” de atrair veados como presas para caça.

De acordo com Noronha (2024), Pereira (2021) a língua do povo Pirahã, cuja língua tem a mesma designação, é identificada como a única língua viva do tronco linguístico Mura, sendo considerada a língua mais difícil do mundo é falada pelo povo Pirahã, que habita a região em um trecho das terras em quase toda a extensão do rio Maici, no município de Humaitá, estado do Amazonas. O rio Maici é formador dos Marmelos, tributário na margem esquerda do rio Madeira.

Esse território povoado pelo povo Pirahã, é localizado no sul do Amazonas. A comunicação dos Pirahã é condensada em apenas três vogais (E, I, O) e seis consoantes G, H, S, T, P e B, mas a língua pirahã não se limita as vogais e consoantes, a comunicação em pirahã pode ser efetuado tanto pela fala, como através de sons através do canto e do assovio, as palavras amigo e inimigo não há distinção de significado, entretanto o que as distingue é a tonalidade da fala, o que caracteriza o idioma pirahã como uma língua bem tonal.

As consoantes de Pirahã são /p b t k g' h/ e, apenas na fala masculina, /s/, e as vogais são /i a o/.a Embora este seja um dos inventários fonêmicos segmentares



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

mais simples do mundo (e o inventário feminino parece ser o mais simples conhecido), ele deve ser justaposto à complexidade das prosódias de Pirahã. Sua regra de estresse é um bom ponto de partida. Esta regra (Everett e Everett 1984) é considerada uma das regras de acento mais complexas e incomuns da literatura, principalmente por suas consequências fonológicas. A regra é: enfatize o símbolo mais à direita do tipo de sílaba mais pesada nas três últimas sílabas da palavra. A base fonética do "peso" é que as consoantes surdas são sempre mais longas do que as consoantes sonoras, e há cinco pesos de sílabas baseados parcialmente neste contraste: CVV > GVV > VV > CV > GV. (EVERETT, 2005, p. 32).

É interessante notarmos que há a consoante “s” que é utilizada apenas na fala masculina, Everett (2005, p. 32) deixa isso bem explícito na citação do trabalho dele mencionado acima, o linguista menciona que o sistema alfabético pirahã é um dos inventários fonêmicos segmentares mais simples do mundo, o que vai definir as diferenças de significado, isto é, a semântica para as tantas coisas a que se dá nomes aos objetos, coisas, pessoas, qualidades, defeitos, características dentre outras variantes da linguagem e pensamento humano, é exatamente o que o autor inglês chama de “stress”, que em língua portuguesa chamamos de sílabas tonais, o acento ou sílaba tônica, a comunicação do povo pirahã a comunicação ultrapassa o universo verbal, se transfigurando em sons e assovios que dependendo da tonalidade e extensão apresenta um significado diferente, por exemplo.

Uma linguagem tonal como a pirahã é um tipo de idioma em que a entonação faz parte da sua constituição e estruturação semântica, por exemplo, na língua pirahã a palavra amigo e inimigo aparentemente não possui diferença, mas a entonação na pronúncia da mesma palavra (conjunto de sílabas constituintes sem o som tonal) determinará a sua diferenciação e determinação, que dependendo do tom da sílaba de certa palavra, a mesma palavra com a entonação distinta expressa na fala estabelecerá o seu significado.

Embora nunca tenha tido contato com uma pessoa falante da língua Pirahã, Theil, que consegue compreender o sistema tonal de mais de cem línguas diferentes, afirma que compreende a Pirahã por meio de orientações dadas por outro linguista, Daniel L. Everett, etnólogo inglês que viveu com esse povo indígena no meio da floresta. Everett explica que quando a Pirahã é assoviada, é como chupar um limão, ou como colocar algo azedo na boca. Para Theil, é possível entender uma língua assoviada como a Pirahã, porque é um idioma bastante tonal, como o Mandarim. Para o povo Pirahã, o tom de voz é tão importante quanto sons de consoantes e vogais. Na língua Pirahã a palavra “amigo” e “inimigo” é a mesma,



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

porém o que diferencia um sentido ou outro sentido é sua melodia que sua para pronunciá-la. A comunicação baseada principalmente por meio de tons e ritmos não é exclusiva do povo Pirahã. Existe na África uma língua por meio de batidas sonoras e outra, nas Ilhas Canário, à base de assovios. O que torna a Pirahã ainda mais interessante é que, nesse caso, o som viaja mais longe e facilita, por exemplo, um indivíduo a receber ajuda ao se deslocar pela selva. (PEREIRA, 2021).

Em adição a isto, o único tempo verbal empregado é o presente, é inexistente os substantivos no singular ou plural, há apenas uma palavra. Os Pirahã não desenvolveram um sistema numeral, devido em parte a ausência de comércio, não diferenciam cores (as cores são definidas em "mais claro" ou "mais escuro") e um aspecto peculiar que os distingue da maioria dos povos indígenas é que os Pirahã não possuem nenhum deus ou mitologia, pois acreditam que tudo o que existe como o homem, os animais e plantas, a terra, as estrelas, a lua, o sol e ao universo como um todo como entidades que sempre existiram naturalmente. Os pirahãs não creem em nada que não possa ser provado, presenciado, vivenciado, visto ou sentido.

Esta última característica os distingue dos demais povos indígenas, que em boa parte são politeístas, cultuam divindades, culto a ancestrais, animismo, rituais, cosmovisão, e assim por diante.

Vieira, Guimarães (2023, p. 72) baseado nos estudos do linguista Daniel Leonard Everett, afirma que o povo indígena Pirahã pode ser reputado como um povo ou sociedade não religiosa, a princípio o linguista e missionário Everett tinha como pretensões estudar o idioma do povo Pirahã, o apaitsiiso (aquilo que sai da cabeça), percebeu o caráter tonal deste idioma, concomitantemente tinha o intuito de evangelizar os pirahãs sob o viés da bíblia cristã.

Entretanto, o linguista e missionário Everett, se deparou com algo inusitado, o povo pirahã não tinha ligação religiosa com Deus ou divindades, a visão cosmológica era inexistente, este povo não tinha sequer mitos ou qualquer explicação sobrenatural relacionada a criação, a existência ou ao surgimento do universo ou dos cosmos, enfim eles não tinham a necessidade de uma explicação divina de tudo o que existe no mundo.

O mundo para o povo pirahã é algo que sempre existiu, mas algo que sempre existiu, para este peculiar povo indígena, não há a necessidade de deidades supremas sobrenaturais, consideram irrelevantes os rituais fenomenológicos ou de autoridades religiosas para explicar o mundo.



Os pirahãs argumentavam com Everett que as religiões como a cristã, eram meras histórias contadas sem bases sólidas convincentes para serem consideradas como verdade para eles, para poderem serem tidas como verdade, a teoria cristã teria que ter sido experimentada, ou seja, vivenciada pelo próprio Everett, jamais passada de geração a geração, este último elemento não é válido ao povo pirahã, tudo precisa ser presenciado para ser considerado válido ou verdadeiro. Diante deste argumento “pirahã” foi o suficiente para convencer o linguista a se desvincular da fé cristã, tornando-se adepto da filosofia pirahã, não teísta, ou sem religião.

6. POVO JUDEU: JUDEUS HUMANISTAS E SECULARES

O rabino reformista Dan Mark Cohn-Sherbok (1996, p. 155) nos apresenta que não somente o judaísmo humanista e secular defende e pratica um judaísmo não teísta, mas também o movimento judaico reconstrucionista oferece uma interpretação não teísta da fé judaica, mas não absolutamente ateísta, mas a prerrogativa do fundador do judaísmo reconstrucionista, o judeu e rabino Mordecai Kaplan, era a rejeição de um poder sobrenatural que rege o mundo, a racionalidade é algo buscado por esta corrente do judaísmo, o judaísmo reconstrucionista.

O movimento judaico humanista secular originário na década de 1960 em Detroit, Michigan nos Estados Unidos da América, sob a liderança do Rabino Sherwin Wine, conta hoje com cerca de 40.000 membros nos Estados Unidos, Israel, Europa e em outros territórios ao redor do planeta.

Distanciando-se de todas as demais ramificações do judaísmo, esse novo movimento exalta as dimensões humanísticas da fé. Com base nessa ideologia, os feriados judaicos e os eventos do ciclo de vida são cumpridos e fazem parte constitutiva da identidade judaica, porém foram reinterpretados de modo a enfatizar suas características humanísticas; além disso, os judeus humanistas insistem que as crenças judaicas tradicionais devem ser reformuladas à luz do conhecimento científico. Promovendo um estilo de vida secular, essa nova concepção de judaísmo busca ajustar a tradição judaica à modernidade.

Para o rabino reformista Dan Mark Cohn-Sherbok (1996, p. 156), embora o judaísmo humanista tenha atraído um número crescente de seguidores, sua confiança no potencial humano parece mais pessimista, dados os terríveis eventos antisemitas contra o povo judeu no século XX. O holocausto lançou uma sombra sobre qualquer forma de humanismo, e é difícil imaginar uma



forma tão modernizada de judaísmo apelando ao judaísmo mundial, particularmente aqueles indivíduos que procuram uma solução espiritual para os problemas da era contemporânea.

Assim como o povo indígena pirahã interpreta a existência do mundo e das coisas que existem na natureza como algo que existe por si só, sem uma entidade “sobrenatural” suprema criadora de tudo que há no mundo, o rabino Dan Mark Cohn-Sherbok (1996, p. 156) deixa claro que o judaísmo humanista tem como alicerce no valor da razão humana e na realidade do mundo revelada pela razão humana. O universo natural se sustenta por si só, não exigindo intervenção sobrenatural.

Acredita-se no valor da existência humana e no poder dos seres humanos de resolver seus problemas, tanto individual quanto coletivamente. A vida deve ser direcionada à satisfação das necessidades humanas.

Em concordância com o exposto no *website Society for Humanistic Judaism*, sendo que esta última representa a instituição representativa da denominação judaica, judaísmo humanista, que reformularam a definição até então destrutiva do que se considera judeu, proclamada por algumas autoridades judaicas ortodoxas.

A definição de judeu ao judaísmo humanista é em nome da experiência histórica do povo judeu, portanto, afirma-se que um judeu é uma pessoa de ascendência judaica ou qualquer pessoa que se declare judeu e que se identifique com a história, os valores éticos, a cultura, a civilização, a comunidade e o destino do povo judeu.

O povo judaico entendido como constituinte da diversidade dos povos indígenas, não pode ser visto e enxergado como um povo homogêneo e uniforme assim como os demais indígenas, porém possui mais elementos vinculadores ao povo judeu como um todo como a língua litúrgica, o livro sagrado, dentre outros; e não possui o teísmo e o misticismo religioso como algo inerente e indissociável, muito pelo contrário, há um hiato entre alguns povos indígenas ameríndios no caso o grupo indígena Pirahã, e o movimento judaico humanista e secular em relação aos demais grupos indígenas ameríndios e judaicos, respectivamente, no que concerne ao ateísmo.

A característica acima os distingue e que estabelece uma diversidade dentro de suas respectivas etnias, cuja dimensão que os fazem perpetuarem a sua ligação com o seus referentes povos, se dá pela própria história do seu povo, identidade da subetnia da etnia judaica ou indígena, pelos costumes, pelo seu idioma, a ligação a sua terra ancestral, o calendário da sua cultura e das



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

festividades, identidade cultural, objetos e simbologias próprios, a alimentação e culinária, a dieta, os rituais ou liturgia que inclui a linguagem, dentre vários outros elementos.

Dentro deste cenário se encontra um ponto de divergência da visão predominante que as sociedades hegemônicas possuem em relação aos povos indígenas, entre os quais os povos pirahãs e, em relação ao povo judeu, ambos os povos indígenas ameríndio e o judaico, não são tão homogêneos em todos os aspectos da vida, especialmente no que tange na ideia de um Deus como criador e que governa a vida e o universo. Indígenas e judeus podem ser entendidos então como povos não obrigatoriamente teístas e que cultuam misticismos, segundo a visão única hegemonzada tradicional e dominante.

O *website* da denominação judaica judaísmo humanista *Society for Humanistic Judaism* evidencia que a prática de uma forma não teísta de judaísmo em que o Judaísmo é a cultura e a experiência histórica do povo judeu. A história judaica ensinou ao povo judeu a confiar no poder humano para descobrir a verdade.

É uma ruptura tanto com o judaísmo reformista quanto com o reconstrucionista porque não usa linguagem teísta em sua liturgia, este último elemento é central no judaísmo a liturgia e o ritual judaico, que é mantido, o que é excluído é a menção da palavra Deus, basicamente, mantém-se o *Shabbat*, as festividades do calendário judaico, assim como os rituais do ciclo da vida judaica sob um prisma mais secularizado, mantém-se as *mitsvot* (preceitos e mandamentos judaicos - positivos) positivo no sentido de inclusivo neste texto com vistas à inclusão religiosa judaica de forma mais pragmática, factual.

O *website* da biblioteca judaica virtual *Jewish Virtual Library* (2025) evidencia que judaísmo humanista reconhece que é possível integrar o conhecimento e o respeito por outras crenças na educação de uma criança criada no judaísmo humanista, entretanto sem confundir ou misturar tradições religiosas distintas e diferentes, e sem misturar ou comprometer a identificação da criança com o judaísmo. O judaísmo humanista não admite o conceito de misturar a identidade religiosa judaica com religiões não judaicas, mas permite a participação de casais inter-religiosos, no caso de um não judeu a participar das celebrações e observâncias judaicas:

Especificamente, os membros judeus de uma família mista podem participar nas observâncias culturais dos membros não judeus como convidados destes últimos, não como celebrantes. O judaísmo humanista não aprova o conceito de misturar



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

ou unir identidades religiosas com outras religiões. (JEWISH VIRTUAL LIBRARY, 2025).

No *website* da comunidade judaica humanista fundada pelo rabino Sherwin Wine, a *Congregation for Humanistic Judaism of Metro Detroit* (fundada em 1963 como *The Birmingham Temple*), que anteriormente era uma sinagoga reformista, o rabino afirma que compartilhou um ensaio sobre o sionismo de 1982 (o sionismo é um movimento do retorno judaico a nação dos seus ancestrais e prometida aos israelitas por Deus nas escrituras sagradas), cujas ideias o rabino escreveu para o jornal *Humanistic Judaism Magazine*, em que ele concluiu com as seguintes palavras:

O sionismo é a força mais criativa na vida judaica hoje para o desenvolvimento de uma cultura judaica secular. O renascimento de um hebraico secular e a vida cerimonial do kibutz secular são alternativas importantes ao ritual religioso da tradição estabelecida. O sionismo é o compromisso atual mais poderoso para mobilizar a comunidade judaica mundial. Israel tornou-se o centro cultural de um povo internacional. (FALICK, 2024, online).

Sobre a terra ancestral do povo judeu com a criação do Estado de Israel é uma das conquistas contemporâneas mais significativas do povo judeu. Muitos dos primeiros judeus colonizadores faziam parte do mundo secular e eram considerados uma parte importante das raízes do judaísmo humanista como o Max Nordau e Ahad Ha'am são apenas dois dos grandes pensadores judeus humanistas seculares que contribuíram para o desenvolvimento do Estado de Israel.

No decurso da sua curta existência, Israel absorveu com sucesso os judeus de todo o mundo e trabalhou arduamente para criar uma sociedade democrática dinâmica. Nas últimas décadas, o judaísmo humanista também floresceu em Israel, formando e ordenando rabinos, líderes e instituições judeus seculares que servem exclusivamente às necessidades de muitos judeus israelitas seculares. T'mura, o seminário rabínico do *International Institute for Secular Humanistic Judaism* em Israel, ordenou mais de 25 rabinos humanistas. O rabino Sivan Maas é o primeiro rabino humanista israelense ordenado e é o reitor do instituto rabínico humanista em Israel.

O estado de Israel estará aberto à imigração judaica e à reunião dos exilados; promoverá o desenvolvimento do país em benefício de todos os seus habitantes; basear-se-á na liberdade, na justiça e na paz, tal como previsto pelos profetas de Israel; assegurará a total igualdade de direitos



sociais e políticos a todos os seus habitantes, independentemente da religião, raça ou sexo; garantirá a liberdade de religião, consciência, língua, educação e cultura. A *Society for Humanistic Judaism* apoia estes objetivos, princípios, valores e encoraja os israelitas e os seus líderes a continuarem a construir uma nação baseada nestes princípios.

O ateísmo não é um fenômeno novo dentro do judaísmo, alguns judeus famosos rejeitaram a crença em divindades, sem abdicar necessariamente da sua identidade e ancestralidade judaica, se destacam Sigmund Freud, Karl Marx, Emma Goldman, o rabino reformista Sherwin Theodore Wine ordenado rabino reformista pela *Hebrew Union College* nos Estados Unidos da América, este último foi um rabino reformista norte-americano, importante judeu fundador do movimento judaico humanista, um movimento que enfatiza a cultura e a história judaicas como fontes da identidade judaica, em vez da crença em quaisquer deuses ou divindades como definidores da identidade judaica.

7. DISCUSSÕES

É de suma importância ressaltar que os estudos de Gilberto Freyre, estão centrados nas relações etnorreligiosas, mestiçagem, econômicas e alguns aspectos culturais que compõem a formação do povo brasileiro, porém uma relação de dominação dos colonizadores para com os povos indígenas.

Freyre (2003, p. 179) ratifica que a influência dos jesuítas nas aldeias “segregadas” no território brasileiro, foi tão forte como letal aos povos indígenas, cujos povos que viviam de forma nômade e dispersa, eram forçadamente degradados pelos jesuítas ao serem concentrados e sedentarizados por completo. Ao antropólogo os padres foram os primeiros a degradarem sistemática e sutilmente os indígenas, considerando o seu real “superior” de atividade moral e religiosa, a catequese e o sistema moral, a qual o estudioso se refere a este processo como “puros agentes europeus de desintegração de valores nativos”, uma influência de caráter deletério, que reduz a mulher indígena voluptuosa a função de engravidar e ao homem indígena indócil a ser subjugado a ser forçado explorado na lavoura.

É fundamental compreender que Gilberto Freyre (2003, p. 181), desvela algo peculiar das “tribos brasílicas” no que concerne ao aspecto propriamente religioso indígena, que é a figura do



pajé no povo indígena, o líder espiritual, curandeiro e conselheiro de comunidades indígenas que detém como aspecto e habilidade reconhecida pela comunidade indígena de couvade, que no contexto indígena era representado por um homem com características e comportamentos efeminados com uma idade mais avançada, que possivelmente pode ser associado a alguém com orientação sexual bissexual, que dentre outras atividades representavam a gravidez, o repouso e a dieta adequada, a identificação do homem com a mulher, que segundo Freyre possivelmente os “invertidos” tinham um “poder” de praticar uma magia sexual, algo que era valorizado e respeitado entre os povos indígenas, característicos das “tribos brasileiras”, valores e costumes praticados antes do contato e da opressão dos colonizadores europeus. As couvades tinham forte influência e sugestão mística sobre a maioria.

Oro (2011, p. 222) explicita que o Brasil está entre os onze países latino-americanos e os sete países europeus que implantaram o regime jurídico entre Igreja e Estado, no qual este prescinde daquele, e salienta que a separação entre Igreja e Estado é algo especificamente ocidental e, que não ocorre de forma uniforme, havendo várias formas de governos e relações entre as religiões e o Estado, sendo que a esfera pública deve ter a sua autonomia e a independência da religião como característica da emanção da vontade individual e popular sobre o caminho sobre a sua própria vida, pensamentos e escolhas.

O teórico assevera que há países que adotam um regime de separação Estado-Igreja; demais países que adotam o regime de separação Igrejas e Estado com formas específicas em relação a algumas religiões ou igrejas; e por fim os países que adotam o regime de Igrejas de Estado. O Brasil se enquadra na separação entre Igreja e Política / Estado, sendo que a Constituição de 1891 estabeleceu a separação entre a igreja e o Estado.

A Constituição Imperial de 1824 já havia realizado algum avanço no que tange a liberdade religiosa, especificamente dos cultos não católicos, com destaque ao protestantismo, porém com ressalvas a de que expressassem as suas crenças na esfera doméstica, foi somente com a constituição da república em 1891 na qual a separação entre Igreja e Estado, é que houve a superação do monopólio da religião católica, dando início à secularização das instituições estatais, estabelecendo de fato a liberdade religiosa para todos os cultos e crenças, mas não houve a retirada total da igreja de cena, havendo elementos que lhe ofereciam certo privilégio, como a preservação da sua propriedade privada e de bens materiais.



Silva, Sousa (2017, p. 204) corrobora a afirmação acima de que indígenas brasileiros sofreram diversas repressões ao longo da história, incluindo a proibição das suas respectivas práticas espirituais, fazendo um paralelo com as religiões afro-brasileiras que também sofriam perseguições estatais. Esta repressão por parte dos representantes de poder e lideranças concebidas por latifundiários, colonizadores, produtores, usineiros e empresários capitalistas provocou muitas transformações na vivência religiosa e espiritual autêntica dos indígenas.

Vieira (2022, p. 171) endossa que a religião existe desde os primórdios da história humana como uma das formas da manifestação social, a religião possui relação com aspectos culturais, artísticos, fenomenológicos, ideológicos, econômicos e nas inter-relações interpessoais que é profunda e facilmente identificável quando se efetua o exercício do estudo da Ciência da Religião. O estudo das religiões está estreitamente relacionado com o estudo da própria história humana, sendo possível determinar sua atuação nas relações sociais de variadas civilizações que se sucederam e habitaram neste mundo.

O autor menciona que o povo indígena da tribo Pirahã pode ser considerado um exemplo de civilização não religiosa, baseado nas observações e análises do antropólogo e linguista Daniel Leonard Everett, o linguista notou que os Pirahãs não tinham nenhuma ligação religiosa com Deus ou divindades, como também não havia nenhum mito ou explicação voltada à criação, isto é, uma explicação mística ao surgimento do universo, do cosmo, exprimindo um exemplo raro de sociedade indígena sem religião ou religiosidade.

Percebe-se que muitos povos indígenas têm como forma mítica e/ou religiosa, o animismo, que é a cosmovisão em que entidades não humanas carregam uma essência espiritual. Na antropologia da religião, o animismo é um termo para o conjunto de crenças de alguns povos indígenas, notadamente antes do desenvolvimento de religiões mais complexas, conceituais e organizadas.

Diante do exposto ao longo desta pesquisa os povos indígenas não são homogêneos, o que os caracterizam são a linguagem, vestimentas, símbolos, as crenças são em determinados casos distintas chegando à esfera da descrença em divindades, como exemplificado o povo indígena Pirahã não tem uma concepção de Deus e de mitos, e possui mais algumas peculiaridades como a de não possuir o conceito de números, fatos estes que os distinguem de outros povos igualmente indígenas.



É importante compreender a questão indígena judaica, e o vínculo identitário, religioso e histórico com a atual região da Palestina e do contemporâneo Estado de Israel, como o território historicamente povoado na antiguidade por judeus e, que segundo as escrituras sagradas judaicas, o Tanakh, podendo ser confirmada no mandamento bíblico judaico no livro de Gênesis (Bereshit 12:1): “Então o Senhor disse a Abrão: “Sai da tua terra natal e da casa de teu pai para a terra que eu te mostrarei.” (BERESHIT, SEFARIA: 12:1), é interessante notar que Deus ordena que Abrão abandone seus parentes, devido a idolatria de seus parentes a outros deuses, o politeísmo.

No mesmo livro em Gênesis (Bereshit 12:4) Deus de Israel define a terra a ser habitada pelos israelitas: “Abrão levou consigo sua esposa Sarai e Ló, filho de seu irmão, e toda a riqueza que haviam acumulado, e as pessoas que haviam adquirido em Harã; e partiram para a terra de Canaã.” (Bereshit, Sefaria: 12:4). Corrobora-se a passagem de Bereshit Rabbah 46:9: “Eu darei a você e aos seus descendentes depois de você, a terra da sua peregrinação, toda a terra de Canaã para uma posse eterna, e eu serei o seu Deus [...] Eu darei a você e aos seus descendentes depois de você, a terra da sua peregrinação” (BERESHIT RABBAH 46:9).

Sem embargo, a promessa do Deus de Israel, ultrapassa as fronteiras habitadas pelos israelitas ao longo da história israelita, outrossim na passagem em Gênesis (Bereshit: 15:18): “Naquele dia, o Senhor fez uma aliança com Abrão: ‘À tua descendência darei esta terra, desde o rio do Egito até o grande rio, o rio Eufrates. ’ ”

As passagens das escrituras judaicas mencionadas servem de base religiosa, identitária e histórica judaica de como a terra prometida pelo Deus de Israel ao povo judeu, ou israelita, que são igualmente indígenas ou ancestrais da região palestina e israelense, que estão presentes e em permanente conflito com outros povos que habitavam a terra ora denominada como terra de Canaã, Palestina e Israel, variando conforme a época descrita.

Lima (2023, p.23) advoga que os judeus são igualmente indígenas, pelo significativo fato de que os judeus foram expulsos da sua terra ancestral e originária, a terra de Israel, pelos impérios da antiguidade, mas não se limita a isso, os judeus possuem uma língua originária própria e autêntica que é utilizada por grande parte da comunidade judaica como sua língua litúrgica, aos rituais judaicos, rezas judaicas, a alimentação e culinária judaica distinta das dos demais povos, há vestimentas e acessórios religiosos utilizados especificamente nos lugares dos seus cultos como nas suas sinagogas e em suas casas, as casas judaicas possuem na porta mezuzah com passagens da



bíblia hebraica, a Torah, e o seu livro litúrgico, o sidur, normalmente é escrito em hebraico e traduzido para a língua da nação a qual estão habitando no momento, situação esta fruto das constantes diásporas pelas quais o povo judeu sofreu e sofre, devido aos infindáveis surtos e picos de antissemitismo contra os israelitas, que remontam desde a antiguidade, há séculos antes da era comum, até a atualidade:

judeus como parte da diversidade que compõe os povos indígenas, é de suprema importância, como pessoas que têm costumes antigos como os judeus, uma longa e ininterrupta história de conexão com a terra de Israel e todos os histórias de seus ancestrais judeus que constituem a identidade judaica, como Abraão, Isaque, Jacó e, portanto, as tribos de Israel registradas a escritura sagrada judaica, a Torá, que junto com os livros de orações judaicas, os siddurim, compõem todo o forma de rituais culturais e religiosos judaicos, que são escritos na língua hebraica e lidos na língua hebraica, juntamente com sua transliteração e tradução para as línguas nacionais da diáspora. (LIMA, 2023, p. 26).

Antes disso, Lima (2024, p. 27) em concordância com Hertz (2011), evidenciam que a terra de Israel antiga foi o lar de ancestrais imediatos do povo judeu, incluindo lideranças judaicas da história judaica antiga e bíblica como os reis Davi e Salomão, muito bem identificados na Bíblia Hebraica, o Tanakh. Sendo que naquela a região da atual Palestina e do contemporâneo Estado de Israel, também abrigavam outros povos, como os fenícios, os amonitas, os moabitas, os cananeus, os edomitas e os filisteus, muito embora todos esses outros povos se deslocaram e/ou foram expulsos pelos antigos israelitas, assim que os judeus da antiguidade chegaram à “terra prometida”, de acordo com a narrativa israelita.

Silva, Philippini (2017, p. 168-169) em consonância com Lima (2024, p. 27) afirmam que antes da chegada do povo israelita, existia outros povos ocupando aquela região, fenômeno que ocorreu tanto na antiguidade como na atualidade, portanto não devemos desconsiderar a ancestralidade de outros povos sobre o atual território habitado por judeus e palestinos, ambos como povos ancestrais de um mesmo território. A questão sobre a ancestralidade (povos ancestrais e originários) sobre um dado território pode apresentar uma complexidade que envolvem questões históricas, culturais, étnicas, religiosas, políticas e de direito:



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

O território prometido por Deus à descendência de Abraão, não estava deserto, existia povos ocupando aquela região, o que acarretou conflitos intermináveis. Esse território que retém um significado para o povo judeu, no decorrer do tempo passa a adquirir significados distintos para outros povos que possuem variadas religiões. A ideia de um território almejado por diversos povos que o faz possuir significados culturais e religiosos distintos já nos remete a conflitos. Nos tempos de Abraão e dos patriarcas o território possuía significado religioso, mas sobretudo de sobrevivência. Nesse período o povo hebreu e outros povos da região eram nômades, sendo assim o território não possuía um significado político. (SILVA, PHILIPPINI, 2017, p. 168).

Hodiernamente, o território passa a ter essa acepção por causa da ideia de nação, pertencimento. O território passa a dar identidade e originar união além das concepções já estabelecidas anteriormente. A conquista do território prometido por Deus passou a ser o objetivo de vida desse povo, seria sua missão, se confrontando, outrossim, com os valores, culturas, crenças e um significado político e religioso aos povos que já habitavam certo território, no atual contexto, os palestinos.

A historiadora Arlene Clemesha também nos conscientiza sobre o outro lado da história que envolve o território e o povo palestino, o povo palestino que já habitava a terra palestina e do nupérrio Estado de Israel, antes do retorno dos judeus para a nação de Israel. Não há como negar que no contexto contemporâneo aquele território também havia um povo a habitando, o povo palestino, que segundo a autora, resiste há um século à sua desumanização, desenraizamento e expropriação dos seus territórios e dos seus bens materiais, a rejeição do colonialismo em suas terras, e o fato mais instigante é de que a ONU com a resolução UNGA 181, propunha a partilha da Palestina, recomendando a divisão do território em dois Estados, um judeu e um árabe (palestino), porém sem criar mecanismo para impedir o genocídio e a limpeza étnica do povo palestino:

Rejeita a implantação do colonialismo em suas terras, e repete, também há cem anos, que jamais teve problema com o povo judeu, com quem conviveu em paz ao longo dos tempos. Diferentemente da Europa, cuja história de perseguição aos judeus culminou no Holocausto, e, em seguida, no apoio à criação do Estado de Israel como forma de expiar a culpabilidade europeia pelo crime contra a humanidade. representado pela morte de 6 milhões de judeus nos campos de concentração e extermínio nazistas. Depois de consumado o genocídio judeu, em 1947 a Palestina foi cindida por determinação da ONU – sem consultar nem dar voz aos palestinos – e transformada em palco de uma nova limpeza étnica e um massacre colonial. Para Ilan Pappé, o “aspecto mais imoral” da resolução UNGA 181



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

era que ela não previa qualquer mecanismo para impedir a limpeza étnica da Palestina. (CLEMESHA, 2024, p. 211-212).

Nakba, é um termo que se refere a todo um processo decorrente de certa medida do sionismo e do nacionalismo religioso judaico israelense na região habitada pelos palestinos, provocando a sua expulsão, isto é, um êxodo e deslocamento dos palestinos de seus territórios e habitações, a desapropriação do povo palestino para a execução da criação do atual Estado de Israel a partir do ano de 1948, menciona-se a partir do ano de 1948 por ser este um processo que se iniciou em 1948 e, portanto, não foi concluída a expulsão dos palestinos do território palestino, impossibilitando uma coexistência pacífica entre ambos os povos, palestinos e judeus.

Para a pesquisadora, a Nakba foi intencional e incompleta, sendo redefinida como Nakba contínua, que tendo o seu início e auge no ano de 1948 e, que se estendeu após este período até hodiernamente, levando a posteriores levadas de perseguições e massacres contra o povo palestino:

A partir dos anos 2000, da falência dos Acordos de Oslo e a Segunda Intifada, vimos crescer, no campo da ascendente direita e extrema direita sionista, a tendência a se admitir com impressionante facilidade que a Nakba foi intencional, mas que lamentavelmente ela foi incompleta em 1948. Passou -se a vislumbrar a possibilidade de que novas levadas massivas de palestinos fossem expulsos da Cisjordânia, de Jerusalém, ou de Israel propriamente dita. Ou seja, trata -se de uma elaboração discursiva a favor da continuidade da limpeza étnica da Palestina. Mais recentemente, os estudos da área passaram a empregar o termo “Nakba contínua” para referir -se ao fato de que o processo de expulsão, que teve seu auge em 1948, continua até os dias de hoje. (CLEMESHA, 2024, p. 216).

O historiador israelense Ilan Pappé (2006, p. 279), em consonância com as ideias da historiadora Arlene Clemesha, acrescenta outros pontos sobre como os palestinos interpretaram completamente mal o tom do plano de paz apresentado pelos Estados Unidos da América, devido a sua parcialidade e favorecimento ao Estado de Israel: somente Israel tinha permissão para definir os itens de uma agenda de paz, incluindo aqueles para um assentamento permanente. E era exclusivamente o plano israelense, totalmente endossado pelos americanos, que estava sobre a mesa em Camp David (o retiro rural do presidente dos Estados Unidos situado em Catoctin Mountain Park em Maryland, Estados Unidos).

Israel ofereceu-se para se retirar de partes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, deixando os palestinos com cerca de 15% (quinze por cento) da Palestina original. Mas esses quinze por cento



seriam na forma de cantões separados, a fragmentação do território palestino divididos por rodovias, assentamentos, acampamentos militares e muros israelenses. Crucialmente, o plano israelense excluía Jerusalém: nunca haveria uma capital palestina em Jerusalém. Nem havia uma solução para o problema dos refugiados. Em outras palavras, a forma como a proposta definia o futuro Estado palestino representava uma distorção total dos conceitos de Estado e independência como as aceitas após a Segunda Guerra Mundial e como o Estado judeu, com apoio internacional, havia reivindicado para si em 1948.

Questões raciais são importantes para levar ao debate mais específico sobre a questão israelo-palestina (judaico versus árabe-islâmico), como muito bem pontuou Clemesha (2024, p. 217-218), não devemos em absoluto ignorar que o antissemitismo ainda existe. Este está presente na retórica com consequências nefastas e violentas, ou mesmo em expressões populares, que antes os mitos e difamações eram perpetrados contra o povo judeu, cuja difamação e perseguição contra o povo judeu atingiu o seu ponto máximo com o holocausto durante a segunda guerra mundial, agora se inclina contra o povo árabe-islâmico, o que a historiadora brasileira denomina como islamofobia.

Entretanto não podemos restringir o antissemitismo mais a uma vertente política e ideológica, este fenômeno racista é algo mais amplo, disseminado e perigoso do que possa parecer, o antissemitismo é atuante em vários segmentos sociais e em vários grupos religiosos hegemônicos ou não, especialmente quando se trata do antissemitismo contra o povo judeu, várias pesquisas apontam um crescimento do antissemitismo a nível mundial.

Tanto os judeus como os palestinos podem serem considerados povos autóctones do território palestino, talvez a melhor forma de denominar a região poderia ser palestino-israelita, pois os verdadeiros pacifistas almejam a coexistência de ambos os povos, e não a sua mútua aniquilação.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao presente trabalho científico partimos da perspectiva dos povos indígenas ateístas, os quais se compreende como povos indígenas ateístas os povos indígenas pirahã e o judaico



humanista, este último como elemento integrante povos indígenas, porém adentrando na ramificação judaica do judaísmo humanista e secular (vertente judaica ateísta), ou não teísta.

O nexos fundamental para se entender como o ateísmo se manifesta entre o povo indígena pirahã e povo judaico humanista e secular, é da seguinte maneira, o povo indígena pirahã interpreta a existência do mundo e dos elementos inseridos no universo definido como algo que existe por si só, sem a presença do pensamento místico de uma entidade “sobrenatural” criadora de tudo que há no mundo; em analogia com o povo judeu, o rabino reformista Dan Mark Cohn-Sherbok (1996, p. 156) evidencia que o judaísmo humanista tem como alicerce no valor da razão humana e na realidade do mundo que a razão revela, portanto não revelado por um ser sobrenatural, onipotente e onipresente, logo “divino”.

Para o acadêmico e rabino Cohn-Sherbok, no judaísmo humanista e secular o universo natural se sustenta por si só, rejeitando um “poder sobrenatural”. Acredita-se no valor da existência humana e no poder dos seres humanos de resolver seus problemas, tanto individual quanto coletivamente. A vida deve ser direcionada à satisfação das necessidades humanas, logo não a um Deus.

Nesta pesquisa foi desvelado que quando se trata da definição da identidade judaica, está em jogo a integridade de milhões de judeus que não encontram a sua identidade judaica no teísmo da crença religiosa ou da prática religiosa, mas cuja identidade judaica está estruturada na sua relação com o judaísmo cultural, através do sentimento de pertencimento etnicorreligioso e para com a experiência histórica do povo judeu.

Está também em questão a identidade judaica de milhares de homens e mulheres, em Israel e noutros países do mundo, que querem ser judeus, se identificam com a cultura e a história judaica, mas que são rejeitados pelo estreito legalismo das autoridades religiosas tradicionais, conforme postulado pela *Society for Humanistic Judaism*.

A Federação Internacional de Judeus Humanistas Seculares (FIJHS) acredita que a sobrevivência do povo judeu depende de uma visão abrangente da identidade judaica. A FIJHS dá boas-vindas ao povo judeu, assim como a todas as pessoas que desejam sinceramente partilhar a experiência judaica, independentemente da sua origem.

O povo judeu é um povo mundial com uma cultura pluralista e uma civilização própria. O judaísmo, como cultura dos judeus, é mais do que um compromisso teológico. Abrange muitas



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

línguas, um vasto corpo de literatura, memórias históricas e valores éticos. Nos nossos tempos, a sombra do holocausto e o renascimento do Estado de Israel são uma parte central da consciência judaica da identidade judaica.

O povo indígena pirahã é um exemplo de que uma etnia indígena não pode ser reduzida a um conjunto de crenças, mitos, superstições e divindades, este povo possui uma língua com pouquíssimas consoantes e vogais, cuja comunicação e compreensão de um vocábulo “indistinto” se tornará distinto, com significados diferenciados na sua semântica, por meio da entonação da voz, da sua fala, por sinais sonoros como assovios e vocalização, e todo um modo de vida que define a sua cultura de forma singular.

Em relação à fé, crenças e teologia cristã para os pirahã não pode ser validada se não houve um contato direto com “tais revelações divinas”, isto é, se um livro “sagrado” foi escrito e seu conhecimento foi transmitido de geração a geração, e não foi vivenciado por quem conta a história ou por quem está a ouvindo é considerada inválida, só é possível crer no que existe, só se pode “crer” no que se vê e se vivencia ao povo indígena pirahã.

As interseções entre o povo indígena pirahã e o povo judaico humanista se dá pela descrença na existência de um Deus, e o ponto da diferença mais importante entre estes dois povos é exatamente que o povo pirahã até o que se sabe, não tem entre seu povo pessoas que presenciaram uma “revelação divina” na sua história, diferentemente da história judaica que teve nos seus primórdios ancestrais a revelação divina, por ora negado por muitos membros da comunidade judaica, cujo conceito se oficializou com a sua emancipação dentro do povo judeu, o movimento judaico humanista e secular.

As diferenças entre o povo judeu da denominação judaica humanista com o povo indígena pirahã, não os excluem entre si, muito pelo contrário, nos mostra com toda força que existe a diversidade do ponto de vista ateu dentro do espectro mais amplo do povo judeu e do povo indígena (ameríndios), os primeiros tendo como território dos seus ancestrais, a terra de Israel, e os últimos o continente americano como terra ancestral ou nativa.

Logo conseguimos alcançar o principal objetivo deste artigo que era desvelar o caráter universal da crença e da descrença humana em geral, apenas exemplificada com os grupos mais estigmatizados, os indígenas categorizados de forma enganosa como politeístas, e os judeus qualificados e classificados de forma totalitária e totalizante de maneira opressora e ortodoxa



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

reduzindo a sua identidade judaica etnicorracial e cultural como (mono)teístas, ou melhor, obrigatoriamente teísta.

O judaísmo humanista de maneira harmônica com as ideias de Russell, a melhor forma de se viver no mundo, é fazer deste lugar um mundo melhor para se viver. Este pressuposto intersecciona com o conceito de *Tikkun Olam* no judaísmo, que estabelece a reparação do mundo, a justiça social, ações de caridade, e o incentivo a viver, ajudar e se apoiar na comunidade sempre elementos fundamentais para a tradição judaica.

Ademais, hodiernamente, boa parte dos judeus também entende que não haverá intervenção divina; a humanidade deve assumir total responsabilidade de “reparar o mundo” (*tikkun olam*) por nós mesmos.

REFERÊNCIAS

ABOUT the Society for Humanistic Judaism. *Society for Humanistic Judaism*, 2025. Disponível em: <https://shj.org/about-shj/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ATEÍSMO. *Dicionário Houaiss de sinônimos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2003.

ATEÍSMO. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. *Michaelis*, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=ate%C3%ADsmo>. Acesso em: 21 fev. 2025.

AZEVEDO, Cristiane A de. A procura do conceito de religio: entre o relegere e o religare. *Religare*, v.7, n.1, p. 90-96, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/religare/article/view/9773/5351>. Acesso em: 18 fev. 2025.



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

BERESHIT Rabbah 46:9. *Sefaria*. Disponível em: <https://www.sefaria.org/search?q=dwell%20land%20of%20Israel&tab=text&tvar=1&tsort=relevance&svar=1&ssort=relevance>. Acesso em: 05 out. 2025.

BERESHIT (Gênesis). 12:1. *Sefaria*. Disponível em: <https://www.sefaria.org/Genesis.12.2?lang=bi&aliyot=0>. Acesso em: 05 out. 2025.

BERESHIT (Gênesis). 12:4. *Sefaria*. Disponível em: <https://www.sefaria.org/Genesis.12.2?lang=bi&aliyot=0>. Acesso em: 05 out. 2025.

BERESHIT. (Gênesis). 15:18. *Sefaria*. Disponível em: <https://www.sefaria.org/Genesis.15.18-19?lang=bi&aliyot=0>. Acesso em: 05 out. 2025.

CASCUDO, Câmara. *Civilização e cultura: pesquisa e notas de etnografia geral*. São Paulo: Global, 2004.

CASCUDO, Câmara. *Mouros, franceses e judeus: três presenças no Brasil*. São Paulo: Global, 2001.

CLEMESHA, Arlene. Pensar a Palestina após Gaza. *Debater a Europa*, [S. l.], n. 28, p. 223-232, 2024. DOI: 10.14195/1647-6336_28_14. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/debatereuropa/article/view/14791>. Acesso em: 4 out. 2025.

COHN-SHERBOK, Dan Mark. Judaísmo Humanista. In: *Judaísmo Moderno*. Londres: Palgrave Macmillan, 1996.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

ELDRIDGE, Stephen. *Irreligião*. Enciclopédia *Britânica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/irreligion>. Acesso em: 21 fev. 2025.

ELLER, Jack David. *Introdução à antropologia da religião*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

FALICK, Rabbi Jeffrey L. Anti-zionism, antisemitism & the beliefs of humanistic judaism. *Congregation for Humanistic Judaism of Metro Detroit (Founded in 1963 as The Birmingham Temple)*, 2024. Disponível em: <https://www.chj-detroit.org/post/anti-zionism-antisemitism-the-beliefs-of-humanistic-judaism>. Acesso em: 22 fev. 2025.

FASCINATING facts about the sámí people. *National Geographic Kids*. Disponível em: <https://www.natgeokids.com/uk/discover/geography/general-geography/sami-people-facts/>. Acesso em: 23 maio 2024.

FERREIRA, Amauri Carlos. Viver sem Deus e sem religião: a vida possível no ateísmo. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 8, n. 18, p. 85-103, 2010.



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003. Disponível em: https://gruponsepr.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/10/freyre_gilberto_casa_-_grande_senzala.pdf. Acesso em: 17 fev. 2003.

FOXWORTH, Raymond; ELLENWOOD, Cheryl. Indigenous peoples and third sector research: indigenous data sovereignty as a framework to improve research practices. *International Society for Third-Sector Research*, 2022. Disponível em: <https://www.firstnations.org/wp-content/uploads/2022/02/Indigenous-Peoples-and-Third-Sector-Research-1.pdf>. Acesso em: 04 out. 2025.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Índios no Brasil*. São Paulo: Global: Brasília: MEC, 2000.

JEWISH VIRTUAL LIBRARY. *Judaism: Humanistic Judaism*, 2025. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/humanistic-judaism>. Acesso em: 20 fev. 2025.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia*: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LARAIA, Roque de Barros. *As religiões indígenas*: o caso tupi-guarani. Revista USP, v. 67, 6-13, setembro-novembro, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Ebu editora, 2017.

LIMA, Alan Freire de. *Antropologia da inclusão religiosa judaica - conversão ao judaísmo online*: a incorporação dos rituais religiosos judaicos em ambiências virtuais. Orientador: Eduardo Fofonca. 2023. 236 f. Departamento de Ciências Humanas. Programa de pós-graduação stricto-sensu em Antropologia. Logos University International. Paris, 2023. Disponível em: <https://unilogos.edu.eu/repositorio/>. Acesso em: 23 maio 2024.

LIMA, Alan Freire de. Jewish anthropology: the jewish people as an ancestral and native people of the Land of Israel, the jewish people as an indigenous people. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, [S. l.], v. 16, n. 3, p. e3518, 2024. Disponível em: <https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/3518>. Acesso em: 23 maio. 2024.

MAINGUENEAU, Dominique. *Variações sobre o ethos*. São Paulo: Parábola, 2020.

NORONHA, Heloísa. A língua mais difícil do mundo é falada no Brasil, segundo especialista; entenda Pirahã, falada pelo povo de mesmo nome, tem apenas três vogais, seis consoantes e um único tempo verbal. *Terra*, 2024. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/a-lingua-mais-difcil-do-mundo-e-falada-no-brasil-segundo-especialista-entenda,1db1c9c1644e80689aa74d386456ad9ddgne4ijs.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 19 fev 2025.



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente Algumas considerações. *Civitas* Porto Alegre, v.11, n.2, p. 221-237, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9646/6746>. Acesso em: 21 maio 2024.

PAPPE, Ilan. *The ethnic cleansing of Palestine*. Oxford, England: Oneworld Publications, 2006.

PEREIRA, Eduardo. A língua mais interessante do mundo é a Pirahã. *Revista Xapuri*, 2021. Disponível em: <https://xapuri.info/piraha/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

PHEASANT, Hannah. Irreligion in America: a justification for a new framework. *Berkeley Journal of Religion and Theology*, v.4, n.1, p. 99-124, 2018. Disponível em: https://bjrt.gtu.edu/wp-content/uploads/2018/09/4-1-1_Pheasant.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

REIS, Helena Esser dos. Fragilidade do pluralismo democrático, uma abordagem a partir de Tocqueville. *Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro v.14, n.4, 2021. p.1827-1844.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: [https://moodle3.ifsc.edu.br/pluginfile.php/561583/mod_resource/content/1/Darcy Ribeiro - O povo Brasileiro- a forma%C3%A7%C3%A3o e o sentido do Brasil.pdf](https://moodle3.ifsc.edu.br/pluginfile.php/561583/mod_resource/content/1/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf).

RODRIGUES, Ivelise. OLIVEIRA, Adélia Engrêcia de. Alguns aspectos da ergologia Mura-Pirahã. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia*, Belém, n.65, 1977. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/437/1/B%20MPEG%20Ant%20n65%201977%20RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025. Acesso em: 21 maio 2024.

RUSSELL, Bertrand. *Os problemas da filosofia*. [S. l.]: Oxford University Press paperback, 1959. Disponível em: <https://conte.prof.ufsc.br/txt-russell.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SIGNATES, L. O fundamentalismo como proselitismo de legitimação: o que há de comunicação na incomunicabilidade religiosa. *Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v.18, n.56, p. 485, 2020.

SILVA, Anne Emanuelle Cipriano da; SOUSA, José Rodrigo Gomes de. O mito e o rito na espiritualidade indígena: uma visão a partir dos potiguara e tabajara da paraíba. *Diversidade Religiosa*, João Pessoa, v.7, n.1, p. 202-215, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/dr/article/view/32295/17664>. Acesso em: 22 maio 2024.

SILVA, João Ubiratan de Lima; PHILIPPINI, Ruth Aparecida Sales. Israel e Palestina: da “terra santa” a um território em conflito. *Revista Ciência Contemporânea*, jun./dez. 2017, v.2, n.1, p. 163-180. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180301125215.pdf. Acesso em 05 out. 2025.



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

SILVA, Ricardo Oliveira da. Bertrand Russell: ateísmo, agnosticismo e filosofia analítica no século XX. *Fronteiras: Revista de História*, v. 22, n. 40, p. 151-172, 2020.

SILVA, Ricardo Oliveira da; ARANHA, João Vitor. Uma História até então não contada: ateísmo e agnosticismo em Nova Andradina/MS. *Revista História em Reflexão*, v.16, n.32, 2022.

SOARES, Afonso Maria Ligorio. Ciência da religião, ensino religioso e formação docente. *Revista de Estudos da Religião*, 2009. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_soares.pdf. Acesso em: 21 maio 2024.

SARIVAARA, Erika; MAATTA, Kaarina; UUSIAUTTI, Satu. Who is indigenous? definitions of indigeneity. *European Scientific Journal*, v.1, December 2013.

TAVARES, Abel de Castro. *Conversão, Judaísmo e alteridade: narrativas de pertencimento e instâncias de reconhecimento*. Orientadora: Profa. Dra. Vânia Fialho. Tese (Doutorado). 227f. Recife, 2014. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/12042/1/TESE%20Abel%20de%20Castro%20Tavares.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*. Pennsylvania: [S. n.] 2002. Disponível em: <http://seas3.elte.hu/coursematerial/LojkoMiklos/Alexis-de-Tocqueville-Democracy-in-America.pdf>. Acesso em: 04 out. 2025.

UNITED NATIONS. About Indigenous Peoples and human rights. *OHCHR and Indigenous Peoples*, 2025. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/indigenous-peoples/about-indigenous-peoples-and-human-rights>. Acesso em: 18 fev. 2025.

UNITED NATIONS. The fight of indigenous people in the nordic countries. Disponível em: <https://unric.org/en/the-fight-of-indigenous-people-in-the-nordic-countries/>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNITED NATIONS. Who are indigenous peoples? *Indigenous people*. Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/5session_factsheet1.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

VIEIRA, Anderson Nunes de Carvalho, GUIMARÃES, Jozy Mary Nogueira. Os sem religião no brasil: Um estudo sobre o crescimento dos irreligiosos no país de 1940 a 2010 e possível cenário para 2050. *RevEleTeo PUCSP*, v.17, n.32, p. 93, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/57781/44063>. Acesso em: 17 fev. 2025.



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

WHAT is Secular Humanistic Judaism? This "fifth denomination," founded in the 1960s by a Reform-ordained rabbi, describes itself as humanistic rather than atheistic. *My Jewish Learning*, 2025. Disponível em: <https://www.myjewishlearning.com/article/judaism-with-no-god/>. Acesso em: 18 fev 2025.

WINE, Sherwin. Why we need humanistic rabbis? *Humanistic Judaism Magazine*, 2024. Disponível em: <https://shj.org/wp-content/uploads/2024/10/HJ-Magazine-Summer-2024-Member-Subscriber.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2025.

WORLD Conference Against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance. Declaration and Programme of Action. New York: United Nations Department of Public Information, 2002. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/Durban_text_en.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.



SOBRE A AUTORIA

Alan Freire de LIMA

Doutor em Antropologia e Religião e Antropólogo pela Logos University International - UNILOGOS (Miami, Flórida nos Estados Unidos da América). Doutor em Psicologia pela European International University – EIU (Paris, França). Pós-graduado Lato Sensu em Ciências Humanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Pós-graduado Lato Sensu em Antropologia e Antropologia Forense pela Faculdade Iguazu (Capanema, Paraná, Brasil). Graduado em Antropologia e Religião pela Logos University International - UNILOGOS (Miami, Flórida nos EUA). Graduado em Licenciatura em Letras Inglês pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE (São Paulo, SP, Brasil). Graduado em Biblioteconomia pela Universidade de São Paulo - USP (São Paulo, SP, Brasil). Psicanalista Clínico membro da Associação Brasileira de Psicanálise ABP sob o registro: 10.213. Membro na sinagoga Ohr Hatorah Synagogue liderada pelo rabino Mordecai Finley (Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos da América) e na sinagoga Congregation Havurim (Temecula, Califórnia, Estados Unidos da América).

E-mail: alan.lima79@edu.pucrs.br e alanlinguist@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1013-9546>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8877472566282150>



LIMA, ALAN FREIRE DE.

Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã

| Artigo

Submissão: 25 de jun. de 2025

Avaliações concluídas: 07 de nov. de 2025

Aprovação: 28 de nov. de 2025

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

LIMA, Alan Freire de. Antropologia - O Ateísmo Judaico e Indígena: Movimento Judaico Humanista e Povo Indígena Pirahã. Revista Temporis(ação): periódico acadêmico de conexões multidisciplinares em Educação e Ensino da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 25, N. 02, p. 01-**47**, ./nov., 2025. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>

Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >